41ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATURA,
REALIZADA NO DIA 20 DE DEZEMBRO DE 2007, ÀS 10 HORAS E 40 MINUTOS.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria agradecer e convidar os demais diretores do Banco Central, a presença do Presidente Henrique Meireles, Ministro... Nós temos tido, trimestralmente, essas Audiências Públicas, que agora é uma lei aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos pelo Plenário do Senado, uma Resolução; é um procedimento para que o Senado possa acompanhar a evolução da política monetária e, sobretudo, as decisões do COPOM. O regime de metas, a credibilidade do regime de metas está também na transparência das informações. A Ata é um instrumento dessa transparência e as Audiências Públicas serão um instrumento adicional que vem fortalecendo a credibilidade do Banco Central do Brasil, pela qualidade das informações que oferece, e pela possibilidade de todo e qualquer interessado poder, de forma muito detalhada, acompanhar a evolução das reservas cambiais, índice de inflação, os agregados monetários, evolução do crédito, nível de atividade, enfim, todas as informações relevantes para o cenário econômico, macroeconômico do país.

Nós temos feito essas audiências com uma certa periodicidade; eu já pediria ao Presidente, eu acho que há dois temas que estão muito... Há um grande interesse, neste momento, para que o Presidente possa se pronunciar, um deles é o fim da CPMF e os desdobramentos dessa decisão da política monetária do Banco Central, qual a influência que pode ter, quais as implicações do fim da CPMF na política fiscal e seus desdobramentos para a política monetária.

E uma segunda informação é um pouco o IPCA e as perspectivas da inflação. Nós estamos aí diante da inflação internacional, um choque externo na área de alimentos e os desdobramentos desse quadro, mas, de qualquer forma, vamos primeiro ter um... E também a oportunidade de termos um balanço de um ano econômico muito promissor, muito consistente, acho que temos aí um nível de atividade como não tínhamos há muito tempo, inflação sobre controle, o crédito avançando, emprego, melhora nos indicadores sociais. Acho que é um excelente ano econômico, com perspectivas ainda melhores para 2008. E nós vamos ter a oportunidade especial com apresentação do Presidente do Banco Central, Henrique Meireles. Eu queria agradecer, portanto, a toda a Diretoria--

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): V.Exa. me permite acrescentar um terceiro item de preocupação—

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Presidente, Senador Aloizio Mercadante, eu acho que, aproveitando, então, agradeceria, se o Presidente Henrique Meireles pudesse também enfatizar, na sua análise, como vê essa inversão, no que diz respeito ao saldo das contas correntes, com o exterior, pois, foi dada a informação, pelo próprio Banco Central, que, depois de muito tempo de o Brasil ter apresentado o saldo, no último mês, em novembro, houve uma inversão, embora moderada, e que resulta do fato de as importações estarem crescendo, há algum tempo, mais rapidamente do que as exportações e que pode-se estar se prevendo, para o próximo ano, um possível déficit, diferentemente do que aconteceu nesses anos.

Então, nós sabemos perfeitamente que um país pode apresentar períodos de saldos e depois períodos de déficits, diferentemente do que, em 1999, quando tínhamos um regime de câmbio fixo, e agora, obviamente o regime de câmbio flexível possibilita ajustes com respeito a essa questão, mas eu agradeceria se V.Exa. pudesse também enfatizar a análise neste ponto.

Eu quero pedir licença, eu já faço a pergunta antecipadamente, porque, mais tarde, eu estarei na homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer, no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Suplicy. Vamos dar início, então, à apresentação inicial, teremos a oportunidade de ter um balanço econômico do final do ano. Com a palavra o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Muito obrigado, Presidente, Senador Suplicy, Senador Delcídio Amaral. Prazer estar mais uma vez aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Vamos começar, já que é uma prestação de contas do Banco Central sobre política monetária, vamos começar com a visão do IPCA acumulado em 12 meses, até novembro de 2007, e o consenso de mercado para o IPCA de 2008, que é de 4,2%. O IPCA acumulado, até novembro de 2007, 12 meses, é 4,19%.

Eu apenas gostaria de mencionar que o IPCA de 4,2, na projeção IPCA acumulado em 12 meses, mas, a projeção de mercado para 2008 também é 4,2. Se nós olharmos um pouco mais em detalhe, nós vamos verificar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tivemos um choque, mas não foi de preços aqui.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Já resolvemos o choque, Senador. Mas, olha aí, o IPCA e inflação de alimentos nos países

selecionados: nós vamos ver, no Brasil, a inflação de alimentos, em azul, e o IPC, em vermelho; nós vamos ver claramente como houve esta evolução da inflação de alimentos, que colaborou positivamente, durante um bom período, 2004, 2005 e 2006 com a evolução de inflação menor do que o índice geral e que teve um comportamento menos benigno, no ano de 2007. Mas que é uma linha similar ao que está acontecendo em outros países; nós vamos ver um movimento muito pronunciado nos Estados Unidos, inclusive, mais pronunciado do que no Brasil.

Temos aqui um problema técnico, que talvez tenhamos que, Senadores, voltar ao sistema mais antigo, Senador, de projeções impressas, isto é, material impresso ao invés de projeção, eu acredito que os jornalistas também devem ter o material impresso. Bom, já voltou? Vamos, de qualquer maneira, deixar o material impresso à mão, de maneira que não possa haver problema.

Em relação à China, por exemplo, também vemos um movimento extremamente pronunciado, a inflação de alimentos, e a África do Sul, um movimento menos pronunciado. Mais em linha com o que está acontecendo no Brasil. Em resumo, nós temos uma pressão de alimentos, que muito provavelmente decorre da maior demanda mundial por alimentos, principalmente devido à incorporação no mercado formal e de mão-de-obra e o aumento do padrão de vida de vastos seguimentos da população mundial, hoje resultado da globalização e do maior crescimento econômico.

Em relação também a esse assunto, devo se mencionar que alguns alimentos estão pressionados pela competição da energia, isto é, para alimentos que estão sendo usados também para a produção de etanol. Mas, de qualquer maneira, esse é um quadro que deve ser levado em conta. Em relação ao IPCA, percentagem dos itens com aumento de preço, desde 2002, nós vamos ver a linha de tendência, como ela está evoluindo, com uma queda pronunciada até o início de 2007 e um aumento moderado a partir daí.

Um dado importantíssimo, que nós temos que levar em consideração, é a surpresa inflacionária; a surpresa inflacionária, no caso, é medida pela expectativa de inflação 12 meses à frente, comparada com a inflação medida nesses 12 meses, então, nós vamos ver que, neste caso, a inflação medida nos 12 meses, por exemplo, em maio de 2003, atingiu um valor superior a 12%, isto é, a inflação medida 12 meses superior à inflação projetada 12 meses anteriormente para este período. Tivemos uma surpresa inflacionária positiva no ano de 2004 e, posteriormente, tivemos uma surpresa inflacionária positiva, desculpe, negativa, durante o ano de 2005, aqui aparece positiva, matematicamente, e, posteriormente, uma surpresa inflacionária positiva, no sentido de que a inflação foi menor do que a esperada pelos agentes econômicos, e temos, nos últimos, meses visto uma surpresa inflacionária

tendendo para zero. Isso significa que a inflação medida tem estado em linha com as expectativas nos últimos meses.

Como conseqüência direta da queda da probabilidade de uma surpresa inflacionária negativa, nós estamos vendo, juntamente com uma queda de outros prêmios de risco na economia, nós estamos verificando uma queda consistente da taxa geral de juros na economia brasileira; essa taxa é medida pela inflação projetada 12 meses à frente, sendo usada como taxa de desconto, e, portanto, essa taxa é o desconto da taxa de juros nominal, de mercado, 360 dias, Suop(F) da BMF. Então, nós temos Suop(F) da BMF nominal, descontado pela taxa de inflação esperada pelos 12 meses à frente. Portanto, nós temos uma queda gradual da taxa de juros, de novo, resultado da queda de prêmios de risco, conseqüência da estabilização cada vez mais consolidada da economia brasileira.

Se nós passarmos agora para o setor externo, nós vamos olhar a evolução de taxa de câmbio, é interessante darmos uma olhada, não só na evolução da taxa de câmbio, do Real contra o Dólar, em vermelho, mas também do Real contra o Euro, em amarelo claro, e nós vamos ver que, claramente, houve uma desvalorização pronunciada, no ano de 2001 e, depois, 2002, posteriormente, uma apreciação do Real durante um certo período, falando agora em comparação com o Euro e, a partir de um certo momento, uma relativa estabilidade em relação ao Euro, com episódios de valorização e com episódios de desvalorização.

Em relação à conta-corrente, nós tivemos uma evolução, de fato, positiva de conta corrente, nos últimos anos, e uma previsão de uma conta-corrente menor do ano de 2007, e o Banco Central, ontem, divulgou uma previsão de uma possível conta-corrente negativa, durante o ano de 2008. Não é novo, Senador, no nosso relatório de inflação, desculpa, nas nossas contas externas, num relatório anterior, nós já prevíamos que haveria uma possibilidade de ter um saldo negativo de contas-correntes, no ano de 2008. Como o senhor mencionou, isso é um processo natural, dentro de um regime de câmbio flutuante, principalmente num país como o Brasil que, num momento de crescimento, está gerando uma alta demanda de bens importados, particularmente máquinas e equipamentos, além do mais, está recebendo um grande volume de investimentos estrangeiros, seja investimento direto, na expansão da capacidade produtiva das empresas, seja investimento de portifólio, nas Bolsas de Valores, seja através da emissão primária de ações, seja através da compra secundária.

Mas o importante disso tudo é que não há dúvida que existe um investimento maior hoje na economia brasileira, feito por estrangeiros, e isso é resultado, de novo, do dinamismo e do crescimento grande da economia brasileira, como nós estamos mostrando. Com o nível de equilíbrio atual da economia, com o equilíbrio de política monetária, que está consolidada através de uma trajetória de inflação, com uma trajetória

de cadência da relação dívida/produto, nós temos, claramente, uma economia que tem condições, juntamente com um volume de reserva muito elevado, de olhar com tranqüilidade para esse tipo de evolução da conta-corrente. Quer dizer, fui muito positivo e muito importante, num certo momento, que o Brasil tivesse conta-corrente positiva, não é? Para, inclusive, permitir toda essa reversão estrutural do setor externo brasileiro. A partir de um certo momento, não é necessário que, a todo momento, a cada ano, necessariamente, nós tenhamos saldos positivos de contas-correntes, de novo, principalmente pelo grande ingresso de capitais de investimento no Brasil.

Se nós olharmos agora a evolução da balança comercial, nós vamos ver que as exportações continuam crescendo e temos aí uma dimensão da evolução do setor externo da economia brasileira, com o crescimento de exportações e ultimamente um crescimento vigoroso das importações. Se nós olharmos apenas exportações, nós vamos ver a comparação da exportação brasileira, em verde, com as exportações do mundo, em azul, e nós vamos ver a evolução importante das exportações brasileiras, a partir de 2002; de 2002 a 2006, as importações brasileiras cresceram 132%, versus uma evolução da exportação mundial de 41%. Isso mostra claramente a evolução competitiva do setor produtivo brasileiro.

Se nós olharmos agora a diversificação das exportações por mercado, 12 meses até novembro de 2007, nós vamos ver a União Européia com 24.9%; a América Latina, 22.6; a Ásia, 5.7, excluindo o Oriente Médio; Estados Unidos 15,6, e outros, 21.2. Se nós compararmos isso com alguns países, inclusive da região, que tem uma dependência muito maior da exportação para os Estados Unidos, inclusive, alguns países, até 80%, das exportações totais vão para os Estados Unidos, nós vamos ver que tem países que são muito mais vulneráveis à eventual desaceleração da economia americana do que o Brasil. Não há dúvida que de o Brasil exporta para países que, por sua vez, exportam para os Estados Unidos. Mas, em dito isso, hoje a dependência da economia brasileira em relação a uma possível recessão americana, independentemente de alguns considerarem ou não provável, o fato é que é possível, então, nós vemos claramente que também nesse aspecto a dependência da economia brasileira é menor em relação à economia americana.

A diversificação das exportações, 12 meses até novembro, por tipo de produto, nós vamos que manufaturados são responsáveis por 53.8% do total da nossa exportação; produtos primários, 32.1, e semimanufaturados, 14. Portanto, é uma saudável. Se nós olharmos a balança comercial por preços e quantidades, nós vamos verificar de que as exportações, por exemplo, no período de dezembro de 2006/novembro de 2007 a dezembro de 2005/ novembro de 2006, nós vamos ver que a variação de preços das exportações foi de 10,2%, em variação de quantidade de 6,3. Importações 6%, variação de preço 23.2 de

quantidade. Em resumo, está existindo, sim, um aumento importante da quantidade importada, mas está existindo também um aumento da quantidade de produto exportado. Em resumo, a evolução das exportações, favorável, não diz respeito apenas a preço, mas também à quantidade.

Se nós olharmos agora, vamos verificar aqui... A balança comercial de importação e exportação... Aqui nós vamos quebrar por componentes básicos, semimanufaturados e manufaturados, nós vamos ver que, no caso de básicos, a evolução de quantidade é 11.7%; semimanufaturados 2% e manufaturados, 4,5%. É importante mencionar aqui que mesmo manufaturados está havendo um aumento da quantidade.

Reservas internacionais. A evolução, extremamente saudável e salutar para a economia brasileira. Investimento estrangeiro direto, líquido, como eu mencionei, na pergunta do Senador, sobre a questão da conta-corrente e investimento estrangeiro direto líquido, a previsão, para 2007, é de 35 bilhões de dólares, a projeção, que é superior ao período de pico das privatizações, isto é, um movimento extremamente saudável da economia brasileira, porque isso é investimento direto na expansão da capacidade produtiva.

Se nós analisarmos o investimento estrangeiro direto, líquido, acumulado nos 12 meses, nós vamos ver mais claramente ainda essa evolução. Se nós analisarmos, agora, os investimentos por setor, nós vamos ver claramente que está bastante diversificado: metalurgia básica, 35%; papel celulose, 12; químicos, 11, alimentos, 10; petróleo, álcool e coca 9,7; veículos 3,9, equipamentos, 3,3 etc. Outras indústrias, 8,8. Em resumo, é um quadro bastante saudável e bastante diversificado de investimentos.

Distribuição de setor, agora, por serviços, naquele caso, por indústria, nós vamos ver serviços financeiros, 30%, houve um aumento importante; comércio, 14; empresa, 10; telecomunicações etc. Serviços financeiros eu destacaria os IPOs dos bancos médios; existe um grande volume de bancos médios que fizeram lançamentos em ações e se capitalizaram e estão colocando agora uma pressão competitiva importante no mercado financeiro. Os bancos médios, agora, bem capitalizados, recebendo investimento externo através do mercado de ações, estão, portanto, podendo competir com maior agressividade.

Investimento estrangeiro direto líquido, agora comparando com o portfólio e de renda fixa. Nós vamos ver que o investimento estrangeiro direto, em azul claro, a 36.2 bilhões de dólares, compara-se com um movimento de portfólio mais renda fixa de 32,5. E ambos numa trajetória crescente e ascendente.

A dívida externa líquida, um outro dado da maior importância, que atingiu, no primeiro trimestre de 2003, 165 bilhões de dólares, agora, 17 bilhões de dólares, no terceiro trimestre. Em conseqüência, os indicadores

de sustentabilidade externa estão carentes, numa trajetória extremamente positiva da dívida externa líquida sobre exportações e dívida externa líquida sobre produto.

O resultado desse processo de estabilização da economia brasileira é uma diminuição da vulnerabilidade da economia e, portanto, do risco percebido. O que é que ocorre, em conseqüência? Existe uma medida internacional chamada índice de aversão ao risco. O que é que é índice de aversão ao risco? É o índice que medo de a disposição dos investidores de procurar artigos mais seguros, digamos quanto maior o índice de aversão, mais seguro é o artigo procurado pelo investidor. E nós vemos, portanto, como um índice de aversão ao risco crescente, nós sempre tínhamos o risco Brasil seguindo o índice de aversão ao risco, isto é, subia a aversão risco, subia o risco Brasil. Agora, nós temos uma situação onde sobe o índice de aversão ao risco e o risco Brasil não sobe proporcionalmente; isso mostra que o Brasil está se descolando daquela percepção de risco que está adicionada, principalmente, à média dos emergentes e aos chamados Rail(F), aqueles papéis de maior risco dos mercados mais maduros. Portanto, de novo, isso é uma nova demonstração da estabilização da economia brasileira.

Se nós olharmos agora crédito, muito importante para o crescimento econômico, para o crescimento do consumo, nós vamos ver que o Brasil ainda tem um índice de crédito com percentagem do produto relativamente baixo, comparado com outros emergentes, tipo Filipinas, Hungria, Tailândia, Chile, Coréia, Malásia etc. A boa notícia é que está crescendo, e outra boa notícia é que está crescendo em função da estabilização da economia brasileira; nós temos aqui um crescimento altamente relacionado com a expectativa de inflação 12 meses à frente. Quer dizer, quanto mais estabilizada a expectativa inflacionária, maior é o crescimento do crédito, na medida em que os tomadores e aplicadores tenham maior disposição para assumir risco.

O prazo médio também crescendo no gráfico da direita, não é? Em vermelho, nós vemos um crescimento do prazo médio dos empréstimos; no gráfico à esquerda, do volume. Bom, eu espero que todos estejam também podendo acompanhar com o material escrito.

Um dado da maior importância é que, num primeiro momento, a inadimplência, em azul, começou a crescer mais, a partir de janeiro de 2005, fevereiro, março, começou a crescer mais rapidamente do que o aumento do volume dos empréstimos, isso poderia ser um sinal preocupante para o sistema financeiro. Mas, através de uma maturação do mercado, uma consolidação das perspectivas de manutenção de emprego de aumento da renda, de aumento da massa salarial e da estabilização da economia, com o aumento de emprego, nós não estamos vendo uma reversão dessa tendência; em azul, temos o índice de inadimplência caindo.

Outro dado da maior importância, o crédito habitacional em países selecionados com percentagem do produto. Nós vamos ver que, no Reino Unido, por exemplo, chega a 80% do produto; na Inglaterra, a mais de 70; no Brasil, nós temos um índice baixo, em linha com países como Turquia, Argentina, maior do que a Rússia, mas, muito menor, por exemplo, do que México, Chile, França, essa é a má notícia. A boa notícia é que tem espaço para crescer. O crédito habitacional, em azul, está crescendo de forma pronunciada, e de novo um resultado direto da estabilização da economia brasileira, isso é uma boa correlação com a expectativa de inflação em 12 meses ou mesmo com a inflação medida.

Um dado importante é a evolução dos desembolsos, em amarelo, e a evolução do número de unidades financiadas, em azul; nós vemos ver claramente essa evolução extremamente favorável para o crescimento do mercado habitacional brasileiro e a oferta de moradia. E também de empreendimentos comerciais.

No caso de crédito imobiliário, se nós olhamos com o maior cuidado as fontes de financiamento, nós vamos olhar que recursos das poupanças ainda representam a maior parte, tem aumentado, inclusive, substancialmente os volumes de recursos provenientes da poupança; existe um aumento menor de recursos do FGTS; o crédito livre está aumentando, ainda é minoritário, mas está crescendo de forma importante, em vermelho; e o CRI está crescendo. Mercado de capitais: Outro dado da maior importância, durante muitos anos, muitas décadas, a grande dificuldade de crescimento das companhias brasileiras, empresas nacionais era exatamente a falta de fontes de financiamento competitiva com as empresas internacionais. Com a estabilização da economia brasileira, nós estamos tendo, cada vez mais, uma evolução positiva nesse sentido, isto é, as empresas brasileiras estão sendo capazes de ir ao mercado captar com um processo que é um processo virtuoso, que é capital de risco, o que significa que é um capital que divide o risco e, em conseqüência, dá maiores condições competitivas às empresas. Nós vemos, por exemplo, que as ações crescendo, que é exatamente o que representa o que eu estou falando, debêntures, que é uma operação de crédito, também crescendo, apesar que, em 2007, crescendo menos, outros em vermelho, mas apesar de ser operação de crédito, ela tem claramente um nível, um custo de intermediação muito menor porque não há processos de intermediação, na medida em que ela é colocada diretamente no mercado. Portanto, mais uma forma de baratear o custo de financiamento das empresas brasileiras.

Atividade econômica passando, portanto, para a fase final da apresentação, nós vamos ver duas coisas interessantes: em primeiro lugar, o crescimento robusto da economia brasileira, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, nós vamos ver que, no primeiro trimestre de 2007, um crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de 5,7%; é um crescimento bem superior o que esperava a

média dos analistas até recentemente. E o mais importante, uma certa estabilização ao redor e até um pouco acima de 5%. Tivemos um dado pontual do segundo trimestre de 2006, de 1,5%, mas nós vamos ver claramente como, a partir do início de 2005, temos uma tendência crescente de evolução do produto.

Consumo das famílias, dado da maior importância, em última análise, política econômica, visa aumentar o padrão de vida da população, o que significa aumentar renda, emprego, consumo, em conseqüência de tudo isso, em última análise, o padrão de vida da população. Nós estamos vendo claramente que o consumo das famílias, no terceiro trimestre, comparado com o trimestre igual do ano anterior, foi de 6%, inclusive, um crescimento, portanto, até acima do crescimento do produto. Portanto, nós vemos claramente aí um dado da maior importância para nós medirmos um padrão de vida, a evolução do padrão de vida da população.

Dado a maior importância, mas investimento, sabemos que um dos problemas crônicos da economia, brasileira através das últimas décadas, foi exatamente o investimento. E nós estamos vendo claramente que o investimento está tendo um crescimento, que, se medirmos pela formação bruta do capital fixo, no caso, 14.4%, no terceiro trimestre de 2007 sobre o mesmo trimestre de 2006, portanto, o crescimento da formação bruta do capital fixo é extremamente vigoroso, mostrando de novo o grau de confiança dos empresários no crescimento da economia brasileira e na estabilidade, na medida em que estão se arriscando cada vez mais a fazer investimento, isto conjugado com o menor custo de capital, trazidos por todos esses fatores, que eu já mencionei, melhor custo de crédito, maior possibilidade de emissão de ações, um menor custo de emissão externa também, devido à taxa de câmbio.

Se nós olharmos a produção industrial, nós vamos ver claramente uma evolução também extremamente positiva, de novo acima de 5%, no comparado com o mesmo mês do ano anterior. Se nós olharmos por tipo de produto, nós vamos ver bens de capital, mais uma vez, crescendo aqui 18,8% no ano; bens intermediários, 4,7; consumos duráveis, 8,7; semi e não duráveis, 3,4. Então, nós temos claramente aqui, primeiro um dado de confiança importante, que é o crescimento dos bens de capital e, segundo, bens de consumo duráveis, isto é, de um lado, empresas que estão cada vez mais confiantes em investir e apostar no crescimento, e consumidores que estão confiantes que vão manter os seus empregos e, portanto, estão assumindo financiamento para a compra de duráveis.

Se nós olharmos a evolução da taxa de juros real, em vermelho, como já mostrei, mas agora correlacionada com a produção industrial, com uma defasagem de seis meses, nós vamos claramente o impacto da queda da taxa de juros real, no aumento consistente da produção industrial.

Se nós olharmos agora a formação bruta do capital fixo, de 99 a 2007, em vermelho, a linha de tendência, a linha de tendência fala por si

só, Presidente. É uma evolução, de fato, vigorosa, robusta, sólida, da capacidade de crescimento da economia brasileira.

Uma outra medida de investimento a absorção doméstica de bens de capital, que seria a produção doméstica de bens de capital, menos exportações, mais importações, e nós temos claramente uma evolução também vigorosa e pronunciada recentemente. Quer dizer, na margem, nós vamos ver que, nos últimos meses, tem-se acentuado o crescimento da absorção doméstica de bens de capital, mostrando, mais uma vez, que existe uma confiança das empresas brasileiras de que a demanda está robusta, vai continuar robusta e a economia vai continuar estável. Em resumo, não poderemos ter uma maior demonstração de confiança na economia do país.

Insumos da evolução civil, uma evolução similar, de novo uma aceleração na margem; vendas no varejo, mantendo um crescimento próximo de dois dígitos ao redor de 29, 11, chegando a 14 em alguns momentos... 08, mas o fato é que temos uma vigorosa expansão das vendas no varejo, de novo, em virtude do aumento da renda, o aumento do emprego e o aumento da massa salarial, como vamos mostrar. Vendas no varejo. De novo, veículos e motocicletas, uma venda vigorosa, liderando o processo móveis e eletrodomésticos, inclusive, supermercados, e interessantemente, supermercados muito voltados à expansão por seguimentos de baixa renda, que estão crescendo a taxas mais vigorosas ainda.

E tecidos, roupas e sapatos. Um mercado muito impactado, num primeiro momento, pela evolução na taxa de câmbio, mas que a demanda doméstica está mais do que compensando isso, nós estamos vendo aqui a evolução também vigorosa de tecidos roupas e sapatos.

Se nós passarmos agora à utilização da capacidade instalada, nós vamos ver, na coluna da esquerda, uma comparação com o nível máximo atingido pela utilização da capacidade instalada desde 95. Então, nós vamos ver, por exemplo, pegar bens de consumo, para tomar como exemplo, o nível máximo de uso da capacidade instalada, desde 95, foi 87.7%; data: novembro de 2007. Portanto, estamos no máximo da série. Bens de capital, o máximo 87.3, em setembro de 2007. Então, para bens de capital, houve interessantemente uma expansão da capacidade instalada, o que é um dado positivo. Em resumo, a utilização da capacidade instalada está em patamares bastante elevados, mostrando de novo a força da demanda hoje doméstica.

Criação de emprego formal, de novo, temos uma criação média de cerca de um milhão e 300 mil empregos, de 2004 até 2007, mas claramente, no ano de 2007, nós deveremos, temos boa possibilidade de bater o record, isto é, de ter uma criação de empregos, inclusive, superior até 2004. É importante mencionar que, como resultado dessa evolução favorável, vamos comparar de novo rendimentos reais médios e massa salarial, não é? Massa salarial em azul e o rendimento real médio em

vermelho. Nós vamos ver que o rendimento real tem subido e mesmo quando ele cai um pouco na ponta, em conseqüência da expansão do emprego para classes de rendas mais baixas, pronunciado por seguimentos da construção civil, mas nós vemos que a massa salarial como um todo continua a aumentar, não é? E, por exemplo, de novembro de 2007 a novembro de 2006, saiu hoje esse dado, nós temos 6,4%, não é? Então, vamos comparar com a transparência que estamos mostrando. Na transparência, nós tínhamos, até outubro de 2007, sobre outubro de 2006, nós tivemos um crescimento de 4,4%, que era um pouquinho menor do que o crescimento da massa salarial de 2006. No entanto, dados divulgados hoje, Srs. Senadores, já mostram que a evolução da massa salarial já foi superior a evolução da massa salarial até outubro, atingindo de novo o patamar de 6,4% de evolução da massa salarial.

Esses fatores, evolução da renda, evolução do emprego, evolução da massa salarial, além dos programas sociais, fez com que, segundo dados do IBGE, nos últimos cinco anos, 20 milhões de pessoas tivessem migrado das classes D e E para a classe C; esse é o grande movimento social que está acontecendo hoje no país. 20 milhões de pessoas migraram das classes D e E para a classe C.

Safra agrícola--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Tem um problema com esses números todos, que o Presidente Henrique Meirelles vem apresentando, a oposição vai ficando mais nervosa, eu proponho parar, tomar um pouco de água, esperar um tempo, para a gente continuar o debate, quer dizer, senão vai ficar difícil negociar as coisas aqui, vai ficar muito nervoso--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Sr. Presidente, oposição é ao Governo não é ao Brasil; nós ficamos bastante felizes, já disse isso várias vezes aqui, em todas as vindas do Presidente do Banco Central, de que ele faz um trabalho meritório, e destaco sempre que ele foi uma das coisas inteligentes e boas que o Presidente Lula fez, ao convocá-lo para o seu grupo de Ministros, quando era Deputado Federal, eleito pelo PSDB. Isso a gente nunca pode esquecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Está registrado, mais uma vez, mas não exagera nos dados, essas coisas: 20 milhões mudaram de patamar... A massa salarial cresceu 6,4... Vai bater record de geração de emprego... O pessoal fica nervoso. Ainda bem que não tem Pauta hoje no Plenário, senão não votava mais nada. Então, vai com calma, para não assustar o nosso bom clima que nós temos no Senado nesse momento.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Então, continuando, além do mais a estimativa do IBGE, que nós vamos ter também uma safra record, de 133 milhões de toneladas no ano de 2007, que está adicionando também o momento favorável da economia brasileira.

Finalizando, nós temos o crescimento médio da economia brasileira, se acelerando de 2004 a 2007, de 4,4%, e a previsão do Banco Central ainda é de setembro, de 4,7; o Banco Central está revisando isso, deve divulgar uma nova previsão na semana que vem, mas o mercado já prevê um crescimento, segundo dado do Focus, para o ano de 2007, um pouco acima de 5%. Nós já incorporamos, inclusive, o dado de mercado nesse crescimento médio. Portanto, de novo, uma evolução da economia brasileira, de forma sustentável, o que é importante.

E em julho de 2003, falando em uma associação empresarial em São Paulo, eu mencionei, na oportunidade, que o Brasil estava iniciando um ciclo de crescimento sustentável. Naquela época, isso não foi levado muito a sério, mas se nós olharmos os gráficos, nós vamos ver contrariamente que julho de 2003 foi o ponto de reflexão, a partir do que a economia brasileira entrou num ritmo, de fato, de crescimento sustentável, com impactos diretos na perspectiva de emprego e, em conseqüência, na capacidade de empresas e de consumidores de assumirem riscos e, em conseqüência, aumento de consumo, aumento de investimento etc. Em resumo, a conjugação de crescimento forte com previsibilidade.

Passando agora para as perguntas já antecipadas pelo Senador, eu mencionaria que, no caso da... De novo, do saldo de contas-correntes, eu já mencionei, acredito que a resposta já foi dada durante o correr da apresentação, Senador Suplicy.

Em relação à questão da inflação, a previsão de mercado para o ano de 2007 está em cerca de 4,2%, que é compatível, evidentemente, com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5%. A previsão de mercado, publicada pelo Focus, na segunda-feira, foi de 4,2%, para 2008, portanto, de novo, também em linha com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

Em relação à questão da CPMF, a outra pergunta do Presidente, nós diríamos que o importante, um dado da maior importância para a política monetária, é a manutenção do superávit primário, quer dizer, isto sim é algo que tem influência na política monetária futura. E a consistência da política fiscal, isto é, uma relação cadente dívida/produto. Isso é algo que tem, evidentemente, um componente importante na produção de expectativas, na formação de taxa de juros, de prêmio de risco etc. Na medida em que existe um compromisso do Presidente, do Governo, com a manutenção de uma política fiscal sólida e uma relação cadente de dívida pública sobre o produto, a nossa hipótese de trabalho no Banco Central é de uma continuada manutenção do superávit primário e, em conseqüência uma continuada cadência da relação dívida/produto e, portanto, a manutenção das condições favoráveis para a economia brasileira, e, portanto, são, digamos, é esse o sumário da nossa avaliação. Evidentemente que nós temos que fazer uma avaliação do ponto de vista

no Banco Central, do ponto de vista de política monetária, que inclusive, foi a pergunta do Senador.

Portanto, muito obrigado, isso que eu gostaria de dizer, e gostaríamos agora de partir para a parte mais interessante, que é exatamente as perguntas e respostas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Então, vamos fazer... Eu queria agradecer ao Presidente Henrique Meirelles pela qualidade da apresentação, e, sobretudo, pela exuberância dos dados, que eu acho que refletem o momento importante, extremamente favorável, que atravessa a economia brasileira e também a repercussão disso nos indicadores sociais, que são indicadores que nós não vimos há muito e muito tempo neste país.

Vamos abrir a discussão, nós faremos todas as atribuições e o Presidente responde de uma vez só, e, assim, atendo especialmente à expectativa da imprensa, que já está toda em clima natalino e pediu que nós déssemos agilidade aqui aos encaminhamentos e o espírito geral do país é esse. O primeiro inscrito é o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCIDIO AMARAL (PT-MS): Primeiro, Sr. Presidente, acatando aí o espírito natalino que V.Exa.... Eu primeiro quero cumprimentar o Presidente Henrique Meirelles, Ministro Henrique Meirelles, cumprimentar os demais Diretores também, parabenizá-lo pelo trabalho, a despeito de muitas pressões, e sei das dificuldades que o senhor enfrentou nessa dura tarefa de conduzir o Brasil e conduzir as políticas do Banco Central, com isenção, com espírito público e, mais do que nunca, ajudando o nosso país a virar uma página na sua história econômica.

Então, Sr. Presidente, eu vou ser muito sucinto, nós estamos vendo... Nós tivemos agora a rejeição da CPMF, em princípio, são 40 bilhões, não são exatamente 40 bilhões, mas vamos considerar os 40 bilhões, aprovamos ontem a DRU, e, Sr. Presidente, nós estamos vendo que, e o Senador Aloizio Mercadante, o Presidente sempre fez questão de registrar isso, as preocupações com o mercado internacional, nós temos verificado, inclusive, na semana em que a DRU foi rejeitada, nós vimos alguns números preocupantes no mercado internacional; o mercado financeiro internacional preocupado ainda com os últimos acontecimentos, principalmente de crédito imobiliário nos Estados Unidos, a questão da sub-prime, essa capilaridade e a dificuldade de mencionar o tamanho desse impacto e fatos que levaram, inclusive, os bancos centrais Europeus a interferirem, atuarem no mercado, de uma forma bastante vigorosa, exatamente para trazer a tranqüilidade que o mercado internacional, pelo menos esperava, fruto ainda desse quadro bastante preocupante que a economia mundial enfrentou e tem enfrentado.

Então, Sr. Presidente, a minha pergunta é: Em função desse quadro, qual é a leitura de V.Exa. com relação ao ano de 2008, até porque é

evidente que o crescimento brasileiro, ele tem uma ligação estreita com a economia globalizada desses bons ventos, desses momentos favoráveis que o mercado internacional viveu, nos últimos anos.

Então eu queria ouvir de V.Exa., como é que V.Exa., evidente que isso é uma coisa dinâmica, mas, dentro do Banco Central, o Presidente do Banco Central avalia desse quadro, principalmente do mercado internacional, como é que nós vamos, qual é o cenário, do cenário pessimista, do otimista e daquele cenário no meio do caminho, como é que... Qual é a leitura do Banco Central com relação ao mercado internacional, o ano que vem e, evidentemente, as conseqüências, em termos de Brasil e em termos de crescimento, que V.Exa. apresentou aí um crescimento robusto, de 5,7%, no último trimestre. Então, eu queria que o senhor falasse um pouquinho mais sobre essa questão, que isso nos aflige bastante e nos preocupa.

E, no mais, desejar a toda a diretoria do Banco Central, a toda a imprensa aqui presente um Feliz Natal e um 2008 de prosperidade; 2008 é o ano do 08. O 08 é prosperidade na China. Os jogos Olímpicos, Presidente, vão ser, vão iniciar no dia 08/08/2008; não é à toa que eles escolheram essa data. Então, eu desejo um ano de prosperidade a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Eu queria passar a palavra agora para o Senador Eduardo Suplicy e também agradecer a presença do Mário Mesquita e do Antero Meirelles, amplamente conhecido, no Banco Central, como Júnior, que está presente hoje aqui, participando e enriquecendo mais uma vez essa Comissão, Presidente.

Senador Suplicy. Não tem nepotismo. É Júnior, mas não tem nepotismo. Banco Central não tem. É só o nome e estimula o talento. Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP): Sr. Presidente, Sr. Ministro Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central, Srs. Mário Mesquita e Antero Meirelles. Presidente Henrique Meirelles, V.Exa., de todas as exposições que fez aqui, desde 2003, pelo que posso avaliar, essa apresentação sua é aquela que tem o melhor quadro de todas as ocasiões em que V.Exa., inclusive, tem feito questão de apresentar sempre os dados, tanto na Comissão Mista do Orçamento, mas, aqui no Senado Federal, mas, na minha lembrança, este é o conjunto de dados, o mais positivo desde que V.Exa. assumiu o Banco Central. E eu quero cumprimentá-lo pelo feito, porque em praticamente em todas as áreas, os dados são altamente positivos, sobretudo no crescimento, no ritmo de crescimento da economia, no ritmo de crescimento do emprego, da massa de salários, o ritmo de investimentos é o mais alto, inclusive, comparado a... O ritmo de crescimento do PIB, trimestralmente, o senhor apresentou na memória, num dos trimestres de 2004, houve até um crescimento maior, mas o ritmo hoje está crescendo, de maneira sustentada e reforçada pelo ritmo de crescimento de investimentos, aí sim, o maior, o

que constitui um indicador muito positivo de que a economia deve continuar crescendo, e até em melhor ritmo, e eu espero, inclusive, que possamos entrar na faixa de crescimento superior aos 6,7%, como, aliás, ontem, o Presidente Lula dizia que tem essa esperança, expectativa que compartilho.

Gostaria de fazer a sugestão que, em suas exposições, também traga sempre a evolução do coeficiente de Gini, de desigualdade, porque V.Exa. aqui ressaltou que 20 milhões de pessoas passaram das classes D e E para as classes superiores, C, e assim por diante, mas, inclusive, porque as pesquisas, do PNAD e do IBGE têm mostrado, nos últimos cinco anos, uma evolução muito positiva, gradual, mais consistente, da direção de o coeficiente de Gini diminuir, na direção de maior eqüidade e justiça, então, que possa também trazer porque é um quadro adicional também positivo que... Sobre o qual sempre precisaremos estar dando muita atenção.

No que diz respeito à preocupação relativa à ausência da CPMF, e como há uma votação que, inclusive, ontem foi objeto de grande polêmica entre a oposição e a base de Governo, agradeceria se puder nos informar e, certamente, a Senadora Kátia Abreu terá grande atenção para a sua resposta, porque houve um consenso relativamente a se retirar dos gastos em Educação, a DRU - Desvinculação das Receitas da União, mas há uma proposição que os Democratas e o PSDB estão considerando formular, e também fazer o mesmo para a área da Saúde. Então, surgiu uma grande polêmica, um impasse, eu acho que seria importante se pudesse nos informar para qual seria a sua análise em previsão de uma alternativa versus a outra.

E, finalmente, com respeito... A Senadora Kátia quer saber qual é a proposta da DRU, se vai só ser desvinculada da Educação ou também da área da Saúde, qual seria a conseqüência para as finanças públicas? E, finalmente, em que medida poderíamos estar aguardando o prosseguimento, ao longo de 2008, da tendência de diminuição da taxa de juros básica SELIC, em que medida, dado que as metas de inflação estão sendo cumpridas, poderíamos também prever uma maior diminuição da taxa de juros básica, SELIC, com que tipo de ritmo e se isso iria ajudar esta tendência de agora as exportações estarem crescendo em ritmo menor, ainda muito que positivamente, do que as importações, mas quero saudar este ponto que V.Exa. nos trouxe, que o ritmo das exportações brasileiras, ainda que menor do que das importações, está crescendo bem mais rapidamente do que das exportações mundiais. Os meus cumprimentos pelo desempenho alcançado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Suplicy. Agora vamos passar a palavra para o mais assíduo, presente e ativo Parlamentar da oposição nessa Comissão, Senador Flexa Ribeiro, que esteve sempre muito ativo em todos os

momentos do trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos. Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Muito obrigado, Presidente Aloizio Mercadante, isso é para equilibrar a provocação que V.Exa. fez ainda há pouco, a respeito dos dados que todos nós exultamos com ele. Sr. Ministro Henrique Meirelles, Srs. Diretores do Banco Central, Antero Meirelles e Mário Mesquita, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Eu quero dizer a V.Exa., Senador Aloizio Mercadante, já estou imbuído do espírito Natalino, e quero desejar a todos os nossos visitantes, aos nossos Senadores, Senadoras, ao quadro que assessora a Comissão de Assuntos Econômicos, aos jornalistas que cobrem as Sessões da CAE, um Feliz Natal; Natal muito santo, abençoado por Deus, e um ano de 2008 de paz, saúde e de realizações pessoais e também para o nosso Brasil.

Eu, antes de fazer as perguntas, quero fazer aqui uma correção ao que foi dito pelo nobre Senador Delcídio Amaral. Ele iniciou as suas palavras, Presidente Aloizio Mercadante, dizendo que, me parece, se não me falha a memória, o Governo aprovou a aprovação da DRU. Eu quero chamar a atenção do Senador Mercadante que é necessário que o Governo tome providências urgentes com a sua base. E o Brasil precisa tomar conhecimento que, de forma patriótica e responsável, quem prorrogou a DRU foi a oposição; dos 65 votos que prorrogaram a DRU, somente 42 foram da base do Governo, o que nos leva à conclusão que a base do Governo está minguando. De uma semana para outra, já perdeu três Senadores. Na não continuidade da CPMF, a base do Governo teve 45 votos. Na prorrogação da DRU, teve 42 votos. Quer dizer, Senador Suplicy, V.Exa... O Senador Renato Casagrande diz que confia na oposição porque ele sabe que essa oposição que preparou o Brasil para essa situação de estabilidade que nós todos conquistamos, mas também não nos ponham nas costas essa responsabilidade por inteiro. É preciso mobilizar a base do Governo para que a gente possa, juntos, construir esse país. E, mais do que isso, a oposição responsável--

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI): Senhor Flexa, vamos respeitar a premonição do Senador Casagrande. Ele falou na oposição, na confiança da oposição porque ele sabe que é para lá para onde ele vai. É só uma questão de mais dias, menos dias.

[risos].

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Eu espero que não só o Casagrande, mas grande parte desses 42 votos que ainda estão dando apoio à base do Governo, à base governista. Mas eu queria dizer--

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): V.Exa. até poderia aperfeiçoar a frase, dizendo que não só o Casagrande.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): V.Exa. quer vir também? É bem-vindo--

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Não só o Casagrande, mas grande parte da Casa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Senador Edson Lobão, V.Exa. é muito bem-vindo ao retorno. V.Exa. tem que retornar. V.Exa., até pouco tempo atrás, era da oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): A Presidência não quer interferir nas intervenções, mas vamos ver se a gente consegue aproveitar a presença--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Já vou, já, aos questionamentos. Só para concluir essa questão, que a prorrogação da DRU foi apoiada pelo PSDB, pelo DEM, pelos Senadores que... Mão Santa, Expedito Júnior, Romeu Tuma e César Borges, que votaram contra a prorrogação da CPMF pelos compromissos que o líder Romero Jucá assumiu com a oposição, não haver aumento de impostos, não haver remição de CPMF, fazer a reforma a tributária e discutir os cortes, entre os outros. Então, é a demonstração de que nós estamos no processo construtivo, num processo de colaboração.

Mas, Ministro Meireles, eu não canso de parabenizá-lo. Realmente o país, ele se encontra numa situação que todos nós temos que reconhecer, é uma construção que vem, há 15 anos, mais de 15 anos, estamos construindo o Brasil. Então, nós temos que reconhecer isso, porque nada que está acontecendo hoje poderia ser realidade se não houvesse os pilares da economia que nós temos certeza, com o Plano Real, que deu o equilíbrio da moeda, a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e outras, questão das privatizações, outras ações que foram feitas no Governo passado, continuados nesse Governo, e a política macroeconômica, que V.Exa. deu continuidade, com sua competência, colocou o país numa situação de equilíbrio inflacionário, e de superávit fiscal, que todos nós reconhecemos.

Agora, nos preocupa, e aí a pergunta, Ministro, é que nós sabemos que, lamentavelmente também, nós crescemos menos do que os países emergentes, parceiros do Brasil. V.Exa. apresenta um gráfico, e estatística me preocupa muito também porque estatística, se você colocar uma pessoa com a cabeça no forno e o pé na geladeira, na média, ele sobrevive, quando a gente sabe que ele está morto, ele está morto. Então, V.Exa. diz aqui que, nas exportações de bens e serviços, o Brasil cresceu 132% contra uma média mundial de 41. Isso me parece e eu queria que V.Exa. fizesse um comparativo do crescimento das exportações brasileiras, em comparação ao crescimento das exportações dos países emergentes. Quanto cresceu a exportação da China? Quanto cresceu a exportação da Rússia? Com certeza absoluta... Da Índia... Com certeza absoluta, as informações que eu tenho, o Brasil cresceu muito aquém

desses países, nas suas exportações. Existe uma bolha mundial de crescimento da economia, e nos preocupa que a gente não perca essa onda porque não é permanente, é cíclico, que a gente não perca essa onda para que também, mais adiante, nós não venhamos a nos... Ter uma culpa de não termos crescido na época que estavam os ventos favoráveis, e agora nós sabemos que existem nuvens cinzas, pelo menos, em nível da economia, isso o Senador Mercadante tem nos dito sempre.

Com relação... Uma outra pergunta, que preocupa principalmente meu estado, Estado do Pará, V.Exa. diz que a diversificação das exportações... V.Exa. não acha exagerado um terço das exportações brasileiras ser de produtos primários? Nós estamos portando empregos; o que nós temos visto é que as indústrias brasileiras estão saindo no Brasil e indo montar as suas plantas fora do Brasil, na China, em outros países, para, de lá, exportar para cá; daí o aumento da exportação, da importação em relação a exportações.

No mês de novembro, a balança comercial foi deficitária. Agora em novembro... Este ano de 2007, nós vamos fechar a balança comercial com 39 bilhões de superávit, quando já foi de 46. E há uma expectativa da CNI de que, em 2008, esse superávit chegue a 25 bilhões somente, em função do aumento da receita. Isso é uma preocupação que eu gostaria de ouvir a opinião de V.Exa. a respeito dessa questão.

E, por último, e por último, gostaria de ter uma visão sua com relação à reforma tributária que foi iniciada com a não prorrogação da CPMF. Se o Brasil está maduro, está maduro, para que possamos, e a CAE, na presidência do Senador Aloizio Mercadante, tem um papel importante, possamos efetivamente, como foi o compromisso assumido pelo líder do Governo, em nome do Presidente, possamos fazer, logo no inicio da legislatura de 2008, possamos fazer a reforma tributária que a Nação espera há décadas; não é nosso Governo não, desde Governo passado, nós clamamos por uma reforma tributária que diminua a carga sobre a sociedade e aumente a competitividade, e aumente a receita dos entes federativos. Parabéns a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao senhor Flexa Ribeiro. Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador Aloizio Mercadante, Sr. Presidente Henrique Meirelles, Sr. Mário Mesquita, Sr. Antero Meirelles, Srs. Senadores, Sras. Senadoras... Sr. Presidente Henrique Meireles, os números e os dados apresentados por V.Exa. são, de fato, muito bons. Se o Presidente Lula aqui estivesse, todos nós saberíamos o que ele ia lhe dizer, que nunca na história desse país tivemos uma situação tão venturosa e tão boa--

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Desde o tempo de Cabral.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES): --Como nós estamos tendo agora. Mas essa é a realidade. Há muito tempo, nós não temos uma convergência de dados tão positivos como nós temos na economia brasileira hoje, essa é a realidade. Então, eu acho que essa é uma construção de muita gente, mas o senhor tem uma responsabilidade protagonista e maior nesse processo, junto com a sua equipe, a equipe do Ministério da Fazenda, junto com o Presidente Lula. Então, também, final de ano, cabe um elogios e sabe um reconhecimento de que nós estamos levando a economia brasileira para um porto seguro, o que nós dá uma certa tranqüilidade e com relação até a algumas crises médias que possam acontecer fora do nosso país e para enfrentarmos também dificuldades como essas que enfrentamos, enquanto Governo, na não aprovação da CPMF. Talvez, em outros momentos, a não aprovação da CPMF teria causado uma instabilidade maior na economia brasileira do que causou porque dá um sinal de fragilidade política e retira do orçamento 40 bilhões de reais. Mas os dados são tão positivos, que o impacto foi amortecido. E o meu primeiro questionamento se dá nessa direção. Nós tivemos a rejeição da CPMF; a população claramente deu uma demonstração, através do apoio que deu a oposição de não prorrogação da CPMF, de que rejeita efetivamente qualquer aumento de carga tributária. E aí, quando a oposição diz que este é um processo, o que nós conquistamos hoje na economia é um processo, e eu reconheço que é um processo; e eu não estou achando que seja uma obra de um governo. É lógico que esse Governo teve a capacidade de manter uma ação efetiva na sua condução de política econômica e de aumentar investimentos nas aéreas sociais que, além de ter uma boa condução de política econômica, tem essa entrada, como o senhor disse aí, de 20 milhões de pessoas da classe D e E, para a classe C.

Então, o que tem de diferente neste Governo para o Governo passado eu acho que é isso, uma sensibilidade maior, efetivamente, para os problemas sociais, mas a condução da política econômica, de fato, é um processo. Mas nós temos, se é um processo, se é uma responsabilidade de todos, as coisas boas são de todos, as coisas ruins também tem que ser de todos. Então, a carga tributária que aumentou neste Governo, do Presidente Lula, já vem aumentando desde o primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, em torno de 1% do PIB ao ano, mais ou menos em torno de 1% do PIB ao ano. Então, a carga tributária vem aumentando, chegando, aí, a esse patamar de 35, 36, 37% do PIB. E a população claramente deu demonstração de que não quer nenhum aumento de carga tributária, chegou a um limite. A bola da vez é a CPMF, que estava ali colocada, para ser votada. Se fosse IPI, seria IPI; se fosse qualquer outro tributo, seria qualquer outro tributo. É uma pena que foi a CPMF porque é um tributo fácil de arrecadar, é um tributo que tem uma destinação, uma destinação para programas importantes; deixamos de ter um financiamento da saúde, e eu acho que eu tenho duas perspectivas de a CPMF voltar: Ou um valor simbólico para controle de

crime fiscais, que é fundamental, ou na recriação dela, numa discussão onde se abra mão de outros tributos para que não haja aumento de carga tributária.

Mas a minha pergunta se deve e se direciona com o seguinte objetivo; Essa decisão da CPMF pode atrasar a velocidade que o Brasil estava se dirigindo a graus de investimentos mais privilegiados? Pode ter alguma influência na confiança? Essa fragilidade que o Governo mostrou, nessa votação, pode nos impedir de chegar com maior velocidade a esse grau de investimento?

Uma outra questão, que eu acho que é importante, nós estamos debatendo aqui a questão da Venezuela no Mercosul; está na Câmara ainda. A Câmara não votou esse ano, votou na Comissão, não votou aqui. Vai vir para cá, deve votar na Câmara, vai vir para cá. Nós estamos debatendo. Então, a vertente da discussão política quer saber se a Venezuela tem democracia ou não tem. Mas tem uma vertente econômica, que é importante para nossas relações também. A Venezuela hoje responde, aproximadamente, por três e pouco, quatro bilhões de dólares de superávit na nossa balança comercial; dentro dessa diversidade aqui a Venezuela tem um papel na América Latina importante. Com a briga da Venezuela com a Colômbia, isso tem de aumentar ainda mais a nossa relação comercial.

A posição econômica é fundamental para que a gente possa ter uma posição positiva. Eu seu defensor da entrada da Venezuela. Apesar de discordar de diversas posições do Presidente Hugo Chaves, sou defensor da entrada da Venezuela na Mercosul. Estou defendendo isso. V.Exa. acha que essa relação econômica com a Venezuela tem uma importância relativa e proporcional para o nosso país? Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Renato Casagrande. Senadora Kátia Abreu, depois, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Obrigada, Presidente. eu cumprimento o Presidente do Banco Central e os seus diretores. Colegas Senadores e Senadoras. Presidente Henrique Meireles, eu sei que, apesar de o senhor ser um homem bastante ocupado, mas talvez, por notícias dadas dos seus assessores, talvez tenha a informação de que, durante a discussão da CPMF, por várias e, na maioria dos meus posicionamentos, eu tomei a liberdade de dizer que o senhor devia perder noites de sono com a política fiscal do Brasil, haja vista que a sua função, e o senhor tem cumprido ela bastante bem, que é conter a inflação, trabalhar com a sua política de contenção de inflação, e a minha impressão é que, do Banco Central, lá na altura do Banco Central, quando o senhor olhava para o Ministério da Fazenda, o senhor, à noite, perdia o sono por ver uma política fiscal totalmente oposta à política monetária que V.Exa. pratica tão bem.

Então, eu tomei essa liberdade, eu quero aqui antecipadamente perde ir as minhas desculpas se o senhor não perdia a noite de sono, mas perdia o dia, horas, analisando e coçando a sua cabeça desesperadamente por ver o Brasil apenas surfando na onda do crescimento. Quando vem uma onda, o surfista pega a sua prancha e vai na carona dessa onda praticar o seu esporte. E nós poderíamos, nessa onda de crescimento mundial, nós poderíamos estar fazendo a nossa parte, se a política fiscal estivesse acompanhando a política monetária, nós poderíamos, não só estar indo na carona dessa onda, mas nós poderíamos estar fazendo muito mais piruetas positivas e levando o Brasil a um patamar bem acima do que hoje está.

O grande problema do Governo é o Governo compara o Brasil de hoje com o Brasil de ontem. E, como disse o quando Flexa Ribeiro, desse ponto de vista, é óbvio, foi construída uma política fiscal e monetária para que o Governo atual chegasse até aqui. E concordo ainda com o Flexa quando diz que uma mas maiores vantagens desse Governo foi ter mantido a política monetária anterior, sob a batuta de V.Exa.. Então, nós estamos hoje com esses indicadores e nós não estamos ficando sem sono, os bons indicadores não nos tiram o sono, como o disse o Presidente Mercadante, agora há pouco. O PT insiste sempre na prerrogativa da defesa dos pobres e oprimidos da economia nacional, muito pelo contrário, ao finalizar com a CPMF, nós fizemos um grande favor ao Governo brasileiro e fizemos um grande bem à sociedade brasileira.

Quando nós comparamos Brasil de hoje com o Brasil de ontem, claro que os indicadores são extraordinários, mesmo porque tudo que foi feito e preparado foi para chegar a esses indicadores hoje e, aproveitando esse bom momento, foi que a oposição, com muita firmeza, trabalhou para a rude ação de carga tributária, finalizando com ao CPMF. Nós jamais teríamos essa atitude se o Brasil esteve num momento de crise.

Mas, Sr. Presidente, quando nós comparamos o Brasil de hoje com os nossos concorrentes, com os nossos competidores, com os países em desenvolvimento, a questão é desalentadora. Eu acho que quem fica sem sono, quando observa esses indicadores, são o Governo e a base do Governo.

Apenas para os Estados Unidos, do ano passado para cá, nós perdemos um bilhão de dólares em exportações para China. A nossa participação nas exportações para a União Européia está em torno, se eu não me engano, Sr. Presidente, de 0.7%, o que nós representamos nas importações na União Européia. Sendo que a China, que já representou menos de um, hoje representa, nas importações da União Européia, mais de 5% das exportações.

Então, eu sempre digo que um fabricante, um industrial, ele está sempre de olho no seu concorrente; o que é que ele está fazendo de bom que eu não estou fazendo para que eu possa não perder meu mercado e ampliá-lo? Então, a indústria que eu chamo de Brasil tem que ficar de olho

na indústria China, na indústria Rússia, na indústria Índia, na indústria México, na indústria Chile, para que nós não possamos continuar perdendo os nossos mercados.

E eu não quero apenas responsabilizar a questão tributária; nós temos outros problemas gravíssimos, de logística, que o país não tem; uma malha rodoviária de péssima qualidade, apenas 10% do país com estradas asfaltadas, que não é responsabilidade apenas desse Governo, nós temos uma malha ferroviária que houve uma regressão, uma redução na malha ferroviária brasileira nos último 40 anos e hidrovia, que ninguém se fala nesse assunto. Nós temos, apenas no Centro-Oeste brasileiro, para ocupar de toda a produção, nós temos o equivalente a três Mississippis, que estão sendo abortados pela construção de hidroelétricas, sem a construção de eclusas.

Mas não podemos também deixar de atribuir essa falta competitividade à questão da carga tributária. Quando nós observamos a questão da China, principalmente, e do próprio Chile, em menor patamar, nós estamos vendo esses dois países, esses dos países num círculo virtuoso, num círculo virtuoso de redução de gastos públicos, de uma baixa inflação, de uma poupança elevadíssima, que leva a um investimento elevado, que leva ao crescimento do PIB e que leva à geração de empregos.

A China, não dá nem para comparar com o Brasil, que chega a ser até brincadeira. Mas, com o Chile; o Chile tem apenas 2% a mais de poupança do que o Brasil, 2% a mais, nos dados de 2005, tem uma poupança a mais apenas dois pontos percentuais e, no entanto, teve um crescimento do PIB quase três maior do que Brasil. Então, é muito triste para nós vermos esses países crescendo mais do que o Brasil e o Governo brasileiro se conformando em comemorar um Brasil de hoje com um Brasil de ontem, evitando olhar para frente. Então, é bastante triste essa condição e essa situação.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta bastante específica. No relatório de novembro do FMI para a América Latina, o FMI, como sempre, também não deixa de... É um órgão técnico, mas também político, vem elogiando as questões, os indicadores da América Latina. É um relatório denso, mas eu tive a preocupação e o desejo de me aprofundar nele. Entre tantos elogios, do relatório do FMI de novembro para a América Latina, o FMI vem dando um puxão de orelha nas países da América Latina, especialmente um recado muito forte ao Brasil, com relação ao aumento de gastos públicos.

Então, Sr. Presidente, é uma unanimidade mundial, é unanimidade entre os economicistas do país, é unanimidade entre os tributaristas do país, os empresários do país, aqui nessa Casa, os Senadores mesmo que votaram a favor da CPMF, nunca vi nenhum Senador dessa Casa dizer que os gastos públicos não tenham que ser reduzidos. É uma unanimidade nacional e mundial, quando eu passo para a FMI, com todas as

recomendações. Eu não sei se V.Exa. teve a oportunidade de ler o livro de Alan Greenspan, que é um livro extraordinário, e que também aponta essa questão da América Latina como uma política econômica populista, que é o que caracteriza hoje as economias da América Latina; infelizmente, é a tendência de uma política populista. Aonde a palavra PIB e produtividade não existem, segundo palavras de Alan Greenspan. Não existe a palavra PIB e produtividade, apenas a seguimentação de classes, rico contra pobre, pobre contra rico. Tirar de um para dar para outro. Penalizar os talentos, penalizar o crescimento, penalizar o empresário que está crescendo, mas está gerando emprego. Então, é uma política que me preocupa e entristece muito, que não é só característica brasileira, mas de toda a América Latina.

Mas Alan Greenspan ainda diz que o Brasil tem concerto, que o Plano Real foi um sinal claríssimo de que poderia ter sido dado um basta e um freio nessa política populista, que foi um grande exemplo foi a implantação do Plano Real no Brasil. Então, que nós temos essa esperança, que o Brasil é capaz de reverter essa característica, e essa continuidade dessa política econômica péssima para os países.

Então, Sr. Presidente, eu queria lhe fazer uma pergunta, como disse agora há pouco, bastante específica. É nítida hoje a preocupação dos analistas e dos mercados com relação ao aumento da inflação. Quando V.Exa., o Conselho Monetário congelou a queda da taxa de juros, eu sei que o senhor deve ter sofrido muito pressão. Mas sou uma pessoa leiga, não sou economista, mas eu entendo e aplaudo o que V.Exa. fez. Foi o único instrumento que V.Exa. teve para conter o oposto da política fiscal brasileira. O senhor não tinha outra alternativa a não ser, de forma ruim para o Brasil, congelar a queda dessa taxa de juros. Foi a única forma que V.Exa. encontrou para dar uma retida nesse aumento da inflação. Se eu estiver errada e devo estar--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Senadora, eu só queria pedir, se pudesse concluir, porque vários Senadores querem participar, o Oscar Niemeyer... Inclusive, eu sou o autor da Sessão de homenagem, vai entrar agora para fazer uma intervenção aos Senadores no Plenário--

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO): Eu tenho certeza, Presidente, que eu não ocupei nem metade do tempo que os outros demais colegas utilizaram. Mas eu estou chegando ao fim da minha pergunta, e estou especificamente nela. Eu não estou querendo lhe tirar o sono, e quero que o senhor vá lá assistir à homenagem ao Oscar Niemeyer.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de saber o que V.Exa., quais as providências que V.Exa. vai tomar, além desse congelamento da taxa de juros, que foi péssimo para o país, mas que o senhor não teve outra alternativa, qual é a outra providência que o Banco Central vai tomar para conter essa pressão inflacionária, que todos nós sabemos, no país, que

essa expansão, que a expansão dos gastos públicos é que está pressionando a demanda além da capacidade da produção do país.

Então, o senhor manda fechar a mão para conter a inflação. A política fiscal do Sr. Guido Mantega manda abrir. Então, eu tenho certeza que a confusão está instalada. Qual é a providência que V.Exa. pretende tomar com relação a essa situação, haja vista que não existe, por parte da chefe da política fiscal, o Ministro Mantega, o desejo de finalizar com a expansão dos gastos públicos. A capacidade da produção não vai atender a essa expansão e a essa demanda. Então, eu gostaria que especificamente V.Exa. me respondesse a essa pergunta, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Senador Antônio Carlos Valadares com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central--

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Apesar de V.Exa. está desde início da Audiência, ele se inscreveu antes.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Não, mas, aí, eu... Mas, por favor, pelo direito, é V.Exa., não é porque V.Exa. vai ser Ministro não, é porque V.Exa. merece.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): V.Exa. está sentido que está havendo uma mudança de tratamento em relação a V.Exa..

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Positivo, não é? Altamente positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): altamente positiva, mas V.Exa. depois vai ver o número de audiências que o Senador Antônio Carlos Valadares vai encaminhar ao Ministério de Minas e Energia.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sempre houve harmonia entre nós dois; fomos governadores praticamente na mesma época.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA): Sr. Presidente, Aloizio Mercadante, Sr. Presidente Meirelles, Srs. Diretores Mário Mesquita e Meirelles. Sr. Presidente, eu não posso deixar exaltar a iniciativa de V.Exa. com a criação dessa Audiência com a diretoria do Banco Central com regularidade. Isto nos tem dado oportunidade para um relato como este que acabamos de ouvir, do Presidente do Banco Central. Não se governa em estado de pessimismo, eu não exalto o otimismo irresponsável. O otimismo irresponsável é querer viver num colchão de facilidades, de conforto, inexistentes, quimérico; não é o caso da política econômica do Governo e da ação do Banco Central durante todo esse tempo. A política de juros do Governo foi duramente criticada por muito tempo, inclusive, dentro do próprio Governo. Hoje verifica-se que ela estava correta, ela

estava correta. Nós estamos paulatinamente avançando na economia. Eu não desejo me alongar, quero apenas que o Presidente do Banco Central, peço isso a S.Exa., esclareça a sua manifestação, o seu ponto de vista quanto ao ingresso de capitais; o ingresso de capitais externo, nós todos sabemos, que foi altamente benéfico, mas S. Exa. acha que já não é tanto. Ou... Aa minha pergunta é a seguinte: Não é tão benéfico ou já não é benéfico o ingresso de capital, nesse momento? Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Edson Lobão pela objetividade. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, nós temos a absoluta certeza de que o Brasil está atravessando um momento especial na sua vida econômica e monetária. O Governo dirige com responsabilidade a Administração Pública, o governo mantém a inflação em nível baixo, porque a inflação é o pior imposto, age contra a população mais pobre; os preços dos produtos alimentícios sofrem o impacto da inflação, e o Banco Central, com mão de ferro, tem segurado a inflação, esse imposto tão danoso à nossa sociedade. E, por esta razão que o Brasil hoje é visto mundialmente. E o Banco Mundial já divulgou os resultados de estudos feitos recentemente, onde o Brasil desponta como a sexta economia do mundo. E, em termos de valorização do poder de compra, se rivaliza, por exemplo, com o Reino Unido. Isso, na história do nosso país, é raro. Não sei se algum tempo da nossa história econômica aconteceu anteriormente. Deve ser visto, como disse o Senador Edison Lobão, com muito otimismo. Afinal, o Brasil está vivendo um momento edificante da sua história economia. Se há falhas, a falhas ocorrem por uma estrutura herdada, de anos e anos a fio, de uma inflação continuada, de irresponsabilidade fiscal, tudo que o Governo está consertando. E, consertando, levando a bom termo os investimentos, o crédito do Brasil lá fora, o risco do país diminuindo, reduzindo substancialmente. O crédito, inclusive, para as classes menos aquinhoadas, funcionários públicos, não é? Aposentados... Quem já viu tanto crédito como se a obtém hoje junto aos bancos, não só oficiais quanto também particulares, fazendo com que se aumente a geração de emprego, quer dizer, a intermediação no comércio, enfim, as facilidades para a melhoria da nossa economia, as conquistas de um país democrático.

Mas, Sr. Presidente, eu acho que a queda a CPMF, aqui falou o nosso líder do PSB, o Senador Casagrande, a meu ver não é o fim porque nós temos um país com a economia organizada. Logicamente, que a derrubada de 40 bilhões de um dia para o outro, não é fácil recompor essa receita, considero que não é fácil, mas, como dizia o velho Churchill, naqueles momentos dramáticos da Segunda Guerra Mundial, quando o poderio nazista invadiu a Europa, derrubou a França, estava vencendo

céus, inclusive, contra os aviões britânicos, o que é que ele falou? “Isso não é o fim, nem sequer o começo do fim. Talvez seja o fim do começo”. Quem sabe nós estaremos mergulhando numa nova era, onde surgirá a gente oportunidade histórica de fazermos uma reforma tributária conseqüente, justa, que seja aplaudida pelo povo brasileiro.

E eu quero enaltecer o trabalho de V.Exa., que agüentou firme as prisões. Não é fácil dirigir um Banco Central, principalmente o Banco Central do Brasil; uma comunidade que acostumou-se a viver no colchão da inflação. E através do... Inclusive, da remarcação de preços, como já houve aqui no nosso país. Mas tem aqui uma crítica que eu acho que V.Exa. tinha que explicar ao Senado, para que ela não fique em branco, eu leio aqui no “Correio da Cidadania”: “O novo Presidente do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, Márcio Pochmann, tão perseguido pela mídia hegemônica por sua postura independente, é atualmente um dos principais críticos dos efeitos destrutivos da política monetária. Na mesma toada, o Diretor de Estudos Macroeconômicos do IPEA, João Sicsú, afirmou, logo na sua posse, em outubro, que a taxa de juros é criminosa porque eleva a dívida pública e trava o crescimento do Brasil. De cara, ele apresentou uma proposta concreta: "Acho que poderia haver uma regra para limitar quando o Governo pode gastar na rubrica de despesa de juros. O Governo gastou, entre 2003 e 2006, segundo ele, cerca de 600 bilhões reais. Essa despesa não gera empregos, nem bem estar social". É a pergunta que eu faço a V.Exa.: Está certo o técnico do IPEA, com esta afirmação? O que tem a V.Exa. a se contrapor a essa afirmação a que eu me refiro neste momento? Agradeço a V.Exa. a essa participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Antônio Carlos Valadares. E gostaria apenas, para concluir, Presidente, lembrar, essa a nossa última Reunião. Nós tivemos 53 reuniões realizadas pela Comissão. Tivemos 11 Audiências Públicas, oito reuniões técnicas, uma delas, inclusive, tratando o problema das tarifas bancárias, o que foi muito oportuno. Porque o Conselho Monetário Nacional já estabeleceu algumas regras básicas. V.Exa., depois, se for possível, poderia comentar a expectativa em relação às tarifas bancárias.

Nós aprovamos 14 Projetos da Câmara dos Deputados, 42 Projetos de Senadores e quatro Projetos de resolução do Senado. Entre esses Projetos, é o total, aprovamos 170 proposições, rejeitamos 24, duas foram prejudicadas, apreciamos 196 matérias que foram a voto nessa Comissão. Fizemos também sabatina de vários membros, inclusive, do Banco Central, os que aqui estão. E queria dizer que algumas matérias que nós votamos, como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, desoneração do setor de bens de capital, dos setores, o RECIN(F), que vários programas que nós ajudamos a construir, entre essas construções importantes da Comissão de Assuntos Econômicos, está também essa resolução e nós temos audiências trimestrais. Eu acho que foi uma grande conquista da democracia brasileira esse procedimento. Essas audiências

tem permitido uma exposição ampla do Banco Central, isso vai ajudando a formar convicção, esclarecer e convergência no pensamento econômico do Senado. E o papel do Senado, que é quem aprova as autoridades do Banco Central, de ter mais atenção à política monetária e ao desempenho do Banco Central.

Eu queria concluir essa nossa única... Última Sessão, dizendo que eu acompanho atentamente a economia brasileira há pelo menos 35 anos. E, se a gente olhar a história econômica do Brasil nesse pós-guerra, são raríssimos os momentos que nós encontramos essas características combinadas. Primeiro, uma estabilidade já duradoura. Quer dizer, nós estamos com uma estabilidade da economia, enfrentamos fortes turbulências externas, mas o país hoje tem moeda, tem medida do valor e tem uma estabilidade. A inflação brasileira está abaixo da inflação mundial já há algum tempo. E está dentro da meta, não só neste ano, mas, ao contrário de algumas previsões aqui, a projeção do mercado para o ano que vem também é abaixo da inflação da meta programada.

Segundo a característica, um crescimento que há muito tempo a gente não via. Quer dizer, um crescimento de 4,4%, nos últimos cinco anos, mais de 5% esse ano, é um crescimento consistente, com perspectiva de sustentabilidade, que é o mais importante, não é uma bolha. Quer dizer, nós estamos ouvindo essa conversa de vôo de galinha, de bolha já, há quatro, cinco anos, não é; não é porque a formação bruta de capital fixa, a formação de capacidade produtiva está crescendo muito além do crescimento do PIB, o que demonstra sustentabilidade nesse processo. Portanto, estabilidade e crescimento. Tivemos momentos de crescimento bem acima do que nós temos hoje? Tivemos, mas nem sempre com estabilidade econômica.

Terceiro, que eu acho que é uma grande novidade, crescimento com distribuição de renda. As políticas sociais de inclusão social, a recuperação dão salário mínimo, o Bolsa Família, a massa salarial está aí de novo, cresceu 6,4%, as categorias estão tendo reajustes muito acima da inflação; o emprego esse ano está batendo recorde histórico de crescimento de emprego formal; carteira de trabalho registrada, massa salarial, e essa inclusão social... Os dados que a ONU promulgou do Brasil com o alto índice de desenvolvimento humano são os dados de 2005; os dados de 2007 são muito mais consistentes que 2005 e nós vamos ter posição muito melhor, em termos de coeficiente de Gini, em termos de criar um mercado de consumo de massas, que é uma das razões da nossa estabilidade, que vão esses 20 milhões de pessoas, que estão acessando o mercado de consumo e estavam fora até então.

E, finalmente, a democracia plena porque nós tivemos momentos da ditadura que o país crescia com estabilidade sem distribuição de renda. Mas não tinha democracia, nós temos mas amplo Estado de Direito, Congresso funcionando, liberdade de imprensa. Então, eu acho que é um momento muito excepcional, muito favorável. O que é... Em alguns

aprimoramentos funcionais são absolutamente decisivos, Presidente. O país não pode perder a responsabilidade fiscal, quer dizer, a trajetória de queda na relação dívida/PIB não pode ficar comprometida. O superávit primário é absolutamente essencial para que isso seja feito. E nós estamos aprovando algumas matérias, como controle da folha do pagamento, folha de pagamento mais 2,5%, aprimoramento dos mecanismos de controle da receita, que eu acho que são muito importantes.

E eu tenho certeza que, no início da próxima Legislatura, nós vamos encontrar uma solução, no debate da reforma tributária, de retomar instrumentos fiscais que são... E tributários, que são indispensáveis ao país. Um deles, seguramente, é a CPMF. Talvez, com uma alíquota menor, com a receita totalmente vinculada à Saúde Pública, compensando com outros impostos. E eu tenho certeza que nós não podemos perder por uma característica fundamental: Não é só que no destino ela era excepcionalmente distributivista, mas, sobretudo porque, de 2001 para cá, quando a receita passou a usar a CPMF para combater a sonegação e a evasão fiscal, foram lançados mais de 19.000 autuações, no valor de 43,6 bilhões de reais. Esse instrumento de tributar a economia formal e de poder combater a sonegação, esse papel fiscalizatório da CPMF, eu tenho certeza que o Congresso saberá reconsiderar no debate de uma verdadeira reforma tributária.

Então, eu acho que nós terminamos muito bem o ano. E o com essa, eu diria, importante Audiência Pública, onde o Presidente do Banco Central pôde apresentar todos os dados, mostrando a consistência das contas externas, das contas públicas, do aumento do crédito, o aumento da massa salarial, do aumento do crescimento do PIB. Eu acho que é um excelente momento e a nossa Comissão tem se esforçado bastante para contribuir para a construção desse Brasil. Então, eu queria agradecer a toda a diretoria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Pois não, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): V.Exa. fez um diagnóstico tão brilhante do momento econômico que nós vivemos, que eu só tenho apenas um pequeno senão, quer dizer, quer dizer, na verdade um grande senão para acrescentar. Nós ainda não fomos criativos o suficiente para inverter a seguinte situação: Como usamos um instrumento de política monetária, altas taxas de juros para conter a nossa inflação, isso é fato, geramos, no nosso país, uma estrutura macro de poder; concentramos riqueza e renda na mão de cada vez menos brasileiros, temos uma distribuição, mas ainda muito pequena diante da regressividade(F) da nossa carga tributária. E isso se manifesta com índices de violência anômicos nas nossas grandes cidades. Isso ainda,

Senador Mercadante, nós não conseguimos vencer, e eu acho que seria como dizem os ingleses, *cherry on the top* para que a gente pudesse realmente estar convencidos, nós todos estarmos convencidos de que avançamos num país menos desigual, mais solidário, e numa distribuição mais acelerada, diante desses problemas sociais que enfrentamos hoje. Imagina, no Rio de Janeiro, no ano passado, tinham 311.000 crimes; esse ano vamos fechar com 330. Só roubo de automóveis, 60 mil. Isso não vem de agora, vem crescente. Mas eu acho que, na raiz de todos esses, eu diria, dessas ignomias que atormentam o cotidiano dos brasileiros, poluição, corrupção, racismo, mistificação, desemprego, miséria, aí está essa brutal desigualdade, essa concentração de poder e renda que, aliás, eu não sei se você soube, mas eu li que 25% dos títulos da dívida pública pertencem a 15.000 famílias brasileiras, o que é um dado assustador e preocupante no Brasil, que concentra e continua concentrando riqueza e renda.

É a minha preocupação, Sr. Presidente. Mas a V.Exa. faz um discurso aqui extraordinário e brilhante, e que tem todos os motivos e razões para nos dar, eu diria, essa alegria e terminarmos de maneira efusiva os trabalhos dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP): Agradeço ao Senador Crivella e, para concluir o nosso ano, o Presidente Henrique Meireles, com a palavra.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Muito obrigado, Presidente. É realmente um momento extremamente positivo e favorável da economia brasileira. E, portanto, eu acho que o que se torna ainda mais importante é chegarmos às conclusões corretas sobre as razões disso para que possamos solidificar essa trajetória.

Em primeiro lugar, a pergunta do Senador Delcídio Amaral, em relação ao cenário internacional. Eu vou usar os dados do FMI, aonde ele, o FMI tem uma projeção, para 2008, de uma queda, no crescimento mundial, de cerca, um pouquinho menos, cerca de 0,4 do crescimento mundial. Isso, tendo, sendo conseqüência direta exatamente da prevista desaceleração da economia americana.

A sua segunda pergunta, Senador, foi... S. Exa. queria saber exatamente qual seria um quadro positivo e o quadro negativo nesse cenário. O quadro positivo é um quadro onde a economia americana está desacelerada, desacelerando-se, mas algo que não altere muito esse cenário, que nós vamos chamar de cenário base, que é esse cenário traçado pelo FMI, um crescimento menor na economia mundial, de cerca de 0,4%. Com economia americana tendo um crescimento, no ano, aí, entre 1,5 e um pouco acima de 2% e com ou um crescimento menor no primeiro semestre. Qual é o cenário negativo? O cenário negativo é que a crise de crédito nos Estados Unidos se aprofunde de tal maneira, que leve, de fato, a uma diminuição na oferta de crédito e um aumento no custo de

crédito que possa impactar o consumo e o investimento dos Estados Unidos, e os Estados Unidos possa, de fato, ter uma recessão.

Nós não temos, nós não fazemos, no Banco Central do Brasil, previsões sobre possibilidades de recessão ou não em outro países; como nenhum Banco Central trabalha necessariamente com a divulgação de previsão sobre outros países. Analistas, ex-autoridades americanas, mercado americano, economistas americanos imputam uma probabilidade de haver uma recessão nos Estados Unidos, que oscila, aí, eu tenho visto números oscilando entre 30 a 50% de possibilidade de haver uma recessão americana. Em havendo uma recessão americana, a questão é saber a dimensão dessa recessão e, portanto, quando disso vai impactar a economia mundial.

Não há dúvida de que uma economia do tamanho da americana, ela impactará a economia mundial, independentemente de qualquer coisa, na medida em que a economia americana é grande importadora e, portanto, vai diminuir demanda por exportação, de um lado, americana e, por outro, por exportações de outros países para lá. E, em segundo lugar, é um grande mercado de capitais e, portanto, uma turbulência nos Estados Unidos leva um aumento ao ver a risco, que significa um aumento do custo capital, em última análise, para o mundo todo.

Em dito isso, não há dúvida que hoje o mundo é muito menos dependente da economia americana, apesar da sua ainda muito grande importância, por quê? Porque hoje aproximadamente, por exemplo, metade do crescimento do mundo hoje já vem da Ásia. Apesar de que a base do crescimento é muito menor, mas as taxas são muito maiores, do total de crescimento, do aumento da produção, cerca de metade disso é vindo da Ásia.

Segundo lugar, existe já hoje maior margem de aumento do consumo interno desses países na Ásia. Existem alguns países que já têm um aumento importante de consumo interno, principalmente os menores, tipo Malásia, por exemplo, os outros... Singapura, já têm um aumento importante de consumo doméstico. E a China tem grandes possibilidades de aumentar o consumo doméstico hoje; já está aumentando e tem possibilidade de continuar a aumentar.

Portanto, a hipótese de haver, portanto, uma recessão americana, apesar de séria, ela não tem o nível de gravidade que já teve no passado, número um. Número dois, precisa saber, precisamos averiguar qual é a dimensão dessa queda. Eu tenho visto diversa medidas de impacto sobre a economia brasileira, mas em todas elas é a uma fração, digamos, a cada queda de 1% no crescimento americano, uma fração disso, em última análise, através desses mecanismos de transmissão que eu descrevi, principalmente a queda da importação americana, e através, portanto, da queda de determinados preços, também, além de diminuição de quantidade, e da questão do aumento da taxa de juros, isso é o que pode impactar indiretamente ou diretamente ao Brasil.

Mas, em dito isso, o Brasil também, mais ainda do que os demais emergentes, está hoje muito melhor preparado para isso do que esteve no passado. Primeiro lugar, aqueles quadros que eu mostrei, o Brasil hoje é menos dependente da exportação para os Estados Unidos, apesar de que indiretamente pode ser afetado. O Brasil hoje tem um crescimento muito ancorado e liderado pela demanda doméstica, como também mostrei, pelo crescimento da renda, pelo crescimento do emprego, pelo crescimento do crédito. E em função disso, nós temos hoje de novo, menos dependência, inclusive, da demanda externa para o nosso crescimento.

Além disso, temos nível de reservas extremamente favorável, o que nos permite, portanto, absorver as mudanças de humor do mercado internacional. E mostrei também a chamada descolagem do Risco Brasil, portanto, que o custo de capital para o Brasil é do aumento dessa aversão de risco do mercado internacional.

Em resumo, a recessão nos Estados Unidos e qualquer país não é boa para ninguém. Esperamos que isso não aconteça, no entanto, em acontecendo, o Brasil hoje está muito melhor preparado e o próprio mundo também. Isso aqui, no fundo, é o dado de maior importância.

Em relação à pergunta do Senador Suplicy, o Senador pergunta sobre a questão da eventual vinculação de Receitas públicas para a Educação e Saúde, através da questão do DRU etc. e as conseqüências disso para finanças públicas e possivelmente para a tendência da taxa SELIC. Existe uma série de perguntas que, de uma forma ou de outra, envolvem essa questão de CPMF, a questão do impacto das contas públicas, a questão do impacto disso da política monetária e etc. Eu vou responder de uma maneira global este assunto. O que eu diria é o seguinte, o Banco Central quando analisa, nas suas Reuniões de Comitê Política Monetária, a conjuntura econômica, o Banco Central leva em conta uma série muito grande de fatores, aqueles fatores que são expansionistas, aqueles fatores que são contracionistas da economia ou aumenta a capacidade de produção, a questão externa, a contribuição externa e tudo isso. E o Banco Central, levando tudo isso, ele faz uma projeção propectiva de inflação, qual é a projeção futura da inflação? E, a partir daí toma as suas decisões de política monetária.

Em resumo, não é necessariamente um ou, outro fator especificamente que vincula; às vezes, nós temos fatores que podem estar caminhando em direções diferentes. E o Banco Central tem que fazer uma avaliação desse conjunto de fatores para avaliar a sua prospectiva futura de inflação, que é o que faz e que descreve, nos seus documentos, a Ata, do Relatório de inflação etc.

Em relação à questão específica do efeito fiscal na política monetária, existem vários efeitos disso, não todos diretamente mensuráveis de uma forma precisa, mas o que é um dado da maior importância, claramente, é a questão do superávit primário, em última análise, e da evolução da relação dívida pública sobre produto. Portanto,

esses, sim, são aspectos que têm uma maior correlação, apesar de que as correlações de novo não são tão precisas como com os fatores, mas existe, claramente, evidentemente, uma correlação.

Portanto, não há dúvida de que a manutenção de uma trajetória cadente da relação dívida/produto e uma manutenção, portanto, do superávit primário nas metas fixadas atualmente é dado de importância para a política monetária do futuro.

Em dito isso, evidentemente em toda a sociedade democrática, cada órgão Governamental tem a sua função social, sua responsabilidade. E evidentemente não compete ao Banco Central opinar sobre decisões da sociedade através do congresso, alocar receitas, alocar despesas, alocar receita aqui, despesa ali, ou se nós devemos fazer um tipo de montagem diferente da relação de receita/despesas do Governo. Isso sob decisões, evidentemente, da sociedade. O que o Banco Central deve e pode dizer é exatamente o que nós acabamos de dizer. É importante, do ponto de vista da política monetária que, independentemente da montagem feita, do acordo feito entre o executivo e legislativo, é importante, do ponto de vista da política monetária que a relação dívida pública sobre produto continue cadente e que a metas de superávit primário sejam mantidas e cumpridas. Em dito isso, tem mais alguns pontos específicos que eu vou voltar ainda isso.

A pergunta, passando agora à pergunta do Senador Flexa Ribeiro, a comparação com a China e a questão, particularmente, no que diz respeito às exportações, Senador. Em primeiro lugar, muito obrigado pelas palavras positivas em relação à atuação do Banco Central, tal qual outras menções positivas de outros Senadores. Mas eu gostaria de dizer o seguinte: é importante que nós tenhamos um diagnóstico preciso e correto, não só da evolução da economia do Brasil como de outros países. E é algo que precisa ser olhado com muito cuidado a evolução e o crescimento chinês, e as lições que nós podemos tirar para o Brasil. Existem algumas lições que são mais ou menos claras, não é? O ritmo de trabalho muito intenso do povo chinês, o que se chama “a ética do trabalho da população”, todo um tipo de política voltadas ao desenvolvimento e ao crescimento exato. Tudo isso é muito importante. Mas é importante também mencionar o seguinte: Que é o normal, na economia mundial, nós termos alguns momentos, alguns ciclos de alto crescimento de alguns países. E as economias asiáticas têm passado por isso; se nós olharmos o Japão, na década de 80, por exemplo, principalmente, um pouco antes, um pouco depois, olharmos a economia da Coréia, existe uma fase de crescimento muito elevado que é aquela fase onde grandes parcelas de mão-de-obra que estavam na agricultura, numa agricultura de mão-de-obra e de baixa tecnologia e baixa produtividade, no momento em que grandes massas de população, portanto, mão-de-obra barata, são incorporados no mercado de trabalho formal e principalmente no mercado industrial e de serviços. E é

importante, portanto, mencionar que o Japão viveu essa fase e teve um período muito longo de crescimento muito elevado. Posteriormente, quando se esgotou essa fase, não é? O Japão passa a ter um crescimento médio muito menor.

No caso da Coréia, menos pronunciado, mas também podemos ver claramente esse [ininteligível]. E a China claramente está no meio desse processo. Quer dizer, a China está incorporando cerca de 20 a 30 milhões de pessoas por ano no mercado de trabalho. E isso lhe dá uma grande fonte de mão-de-obra barata. O Brasil passou por esse período de 1900 a 1970. Portanto, o Brasil, durante um longo período, teve taxas de crescimento elevadas, com várias políticas econômicas diferentes e fundamentalmente porque era um período de urbanização na sociedade brasileira.

Um dado importante da China é a alta poupança nacional. A China, ao contrário do Chile, por exemplo, mencionado por S. Exa., mas a China tem uma taxa de poupança nacional de cerca de 47% do produto, que isso é conseguido de diversas maneiras; a China tem uma estrutura com direitos trabalhistas muito pequenos, uma previdência social muito pequena e, em conseqüência, uma poupança privada e pública muito grande. E uma propensão marginal à poupança da população também muito grande e do próprio Governo. E, em conseqüência disto, a capacidade de investimento da China é muito grande, quer dizer, ela tem 47% do produto como poupança nacional; é um número impressionante

Então, se nós somarmos a grande disponibilidade de mão-de-obra barata de um lado e, de um outro lado, a grande disponibilidade de capital para investir por um alto nível de poupança nacional, com um grande sacrifício da população, nós temos uma capacidade de crescimento mais elevada do que qualquer outro país no momento, como o Japão já teve no passado, como o próprio Brasil já teve alguns momentos no início do século passado.

Portanto, nós precisamos tomar cuidado de não chegar a conclusões erradas desse processo e cometermos erros de política macroeconômica, tentando acompanhar países que estão vivendo um momento estrutural diferente, isto é, se nós compararmos o Brasil com outros países que têm a economia, digamos assim, uma estrutura econômica similar, o México, de uma certa maneira, alguns países asiáticos mais amadurecidos, a própria Coréia, pelo crescimento superior ao México, e outros países, nós vamos ver que o crescimento brasileiro, principalmente nessa faixa que o mercado está prevendo hoje, de cerca de 5%, é um crescimento altamente favorável, positivo e realmente muitos analistas internacionais acham impressionante, não esperavam que o Brasil pudesse, com as suas condições, estar nesse momento, crescendo nessas taxas.

Nós precisamos separar também de um outro grupo de países; são aqueles países pequenos, que são grandes exportadores commodities, e aí existem alguns vizinhos nossos, nesse período, por quê? Porque países

que são grandes exportadores de commodities e que têm grande parcela da sua produção vinculada às commodities, o Senador mencionou, que no Brasil nós temos 30% das exportações, que são produtos primários, mas isso é uma percentagem muito menor, incomparavelmente menor do que vários desses países pequenos, principalmente, que são grandes exportadores de commodities; o Brasil já teve essa fase, já houve períodos da nossa história, onde o café representava 80% das exportações.

Então, nesse momento, o senhor imagine o Brasil, em alguns momentos do início do século passado, o café representando 80% das nossas importações, que havia momentos que havia um alto aumento do preço do café. O nosso produto crescia a taxas extravagantes, não é? Porque é normal. Então, é a mesma coisa que acontece em países que tem uma alta dependência de um ou dois ou três commodities, quando essas commodities sobem muito, evidentemente que a produção desse país sobe muito porque a influência dessas poucas commodities nesse país é muito grande.

Portanto, nós temos que comparar o Brasil com países que têm uma estrutura de produção, mais amadurecida, mais complexa. E, se nós compararmos com esse tipo de país, nós vamos ver o que Brasil está acima da média, bastante acima da media a essa altura, está crescendo a taxas superiores a esses países, mesmo países de economia extremamente dinâmica; o próprio Estados Unidos é um país de economia muito dinâmica, já com uma economia bastante amadurecida evidentemente, sem grande margem de crescimento de mão-de-obra interna, na medida em que é um país desenvolvido há muitos anos, com uma política mais flexível de imigração, comparado com outros países da Europa, por exemplo, e, portanto, tem um dinamismo maior e uma economia muito dinâmica, mas de novo cresce a taxas hoje substancialmente inferiores ao Brasil e uma série de outros países também.

Em resumo, o Brasil, nesse aspecto, está tendo um desenvolvimento extremamente favorável e positivo, está na direção correta, na sua estabilização da economia e no seu crescimento com base sustentada, quer dizer, não tentando dar um passo maior do que as pernas e criar desequilíbrios que possam gerar crises num momento seguinte; é muito importante que nós enfrentemos a realidade.

O Senador coloca um ponto da maior importância, que é a pergunta, na realidade inversa, muito bem, mas, nesses termos, não seria muito alto o percentual de 30% da exportação de commodities, apesar de que muito mais baixo do que alguns dos países que estão crescendo a taxas superiores, aí, na região, acima não é, ainda assim, muito alto? Eu diria que para um país com a dimensão do Brasil e com o potencial agrícola e de expansão territorial do Brasil, a minha resposta, eu ousaria dizer que não, Senador, porque um país que fez um investimento que o Brasil fez,

durante as últimas décadas, de melhora do investimento tecnológico e da produtividade da agricultura, toda essa incorporação dos cerrados do Centro-Oeste e também agora do Norte, parte do Nordeste, na produção, resultado de tecnologia, resultado de investimento humano e tudo isso, quer dizer, então, todo esse vasto investimento que o Brasil fez na expansão da sua fronteira agrícola, no aumento da sua produtividade agrícola, é inevitável, de uma certa maneira, e positivo de que o Brasil colha os frutos disso, numa maior capacidade exportadora de produto agrícola e, portanto, de commodities. O importante é que a nossa capacidade de produção industrial também está aumentando, quer dizer, estamos mantendo o percentual da exportação de produtos manufaturados e estamos ganhando, inclusive, ainda mercados no mundo.

Portanto, o Brasil tem também feito, não só na área de commodities agrícolas, mas também investimentos importantes na área mineral, haja vista o minério de ferro, o que está sendo hoje exportado pelo Brasil, petróleo, temos aí, inclusive, agora a descoberta de novos campos aí de petróleo, com perfuração em alta profundidade, tudo isso vai fazer que, cada vez mais, o Brasil, de novo, passe a ser um exportador de produtos primários; se o campo de Tupi, por exemplo, cumprir as expectativas mais otimistas, certamente o Brasil será um exportador de produtos primários ainda mais. E isso não é negativo, quer dizer, isso em si não é negativo, isso é positivo, é mais uma geração de riqueza para o país. Agora é importante que o país também continue expandindo a sua capacidade de expandir também a sua exportação de produto industrializado.

S.Exa. Também menciona a questão da queda do saldo comercial, se isso não seria preocupante, se isso não seria um objeto de preocupação, houve também uma pergunta do Senador Suplicy referente à conta-corrente. Então, a minha resposta sobre isso, Senador, é o seguinte: O Brasil adota um regime de câmbio flutuante, e uma das vantagens maiores do câmbio flutuante é exatamente corrigir desequilíbrios dos mercados de câmbio. Os grandes desequilíbrios dos mercados de câmbio ocorreram exatamente quando houve intervenções Governamentais muito fortes do mercado, mercado, quando o Governo fixa a taxa de câmbio, aí o Governo pode criar, ao longo do tempo, desequilíbrios importantes, o próprio Brasil foi testemunha disso.

Agora, no momento em que nós temos um mercado funcionando adequadamente, estes desequilíbrios, se houverem, tenderão a ser corrigidos com o correr do tempo. O fato concreto é que o Brasil está vivendo um momento extremamente favorável; o Brasil está importando máquinas e equipamentos; o Brasil está importando produtos intermediários; o Brasil está modernizando a sua economia; o Brasil está crescendo a demanda doméstica a taxas muito importantes, então, é um movimento, de uma certa maneira, natural, que haja uma certa diminuição do saldo comercial do Brasil e, como eu mencionei, em alguns

momentos, possa haver, inclusive, déficits de conta corrente. O importante é que o Brasil está com o setor externo extremamente dinâmico, competitivo com um regime de câmbio flutuante com reservas internacionais elevadas, com inflação na meta, com uma dívida pública sobre produto cadente, e isso que nos dá condições de nos assegurar que nós não estamos construindo desequilíbrios de longo prazo.Em resumo, é uma situação robusta, do ponto de vista externo, e a tendência é uma continuação dessa robustez.

S.Exa. também menciona a necessidade de reforma tributária etc. e não há dúvida de que hoje é uma tendência mundial um esforço muito grande do executivo, do legislativo, no sentido de aumentar a racionalidade tributária; não só atender às questões da demanda do setor público por recursos, mas também, cada vez mais, termos uma estrutura tributária que induza a uma maior eficiência da economia, que gere uma maior eficiência da economia e não o contrário.

Portanto, não há dúvida de que olhamos com otimismo as discussões do Congresso Nacional sobre uma futura reforma tributária no Brasil, apesar de sabermos a dificuldade disso, principalmente pelas alocações de recursos entre os Estados e Municípios e Governo Federal, mas, de qualquer maneira, achamos extremamente favorável essa discussão.

A pergunta do Sr. Renato Casagrande, em relação, primeiro lugar, objetivamente, ele perguntou se a decisão da CPMF pode influenciar a questão do *investiment grade*(F). É uma questão importante e a questão fiscal é muito importante para o *investiment grade(F),* não há dúvida. A minha percepção, Senadores, é que o importante, como eu mencionei, o que vai ser decisivo agora é qual será a resolução de todo o processo, isto é, no momento em que o Brasil assegure que terá condições de cumprir, continuar cumprindo as suas metas do superávit primário e que a sua relação dívida pública sobre produto continuará cadente, eu acho que a questão do *investiment grade(F)* será uma questão de tempo. Em dito isso, a situação no mundo é muito mais incerta, são vários os fatores que podem ou não podem influenciar o *investiment grade(F)*.

Ele mencionou também a questão da Venezuela e os três, um pouco mais de três milhões de dólares de saldo comercial que o Brasil tem com a Venezuela e até que ponto, portanto, a entrada da Venezuela no MERCOSUL seria ou não seria importante. Evidentemente isso é uma decisão soberana do Congresso Nacional, que vai levar em conta diversos fatores, não apenas os fatores comerciais. Se nós olharmos do ponto de vista estritamente econômico, financeiro, não há dúvida de que um saldo comercial que o Brasil tenha, ou mais do que isso, o próprio comércio, a expansão dos mercados regionais é positiva, é importante, em geral, é importante que o Brasil expanda mercados e expanda o seu comércio, independente até de ter saldo comercial ou não. Mesmo com países que o Brasil não tenha saldo comercial, é importante uma maior abertura

comercial para que a nossa economia fique mais produtiva e tenha condições de novo de continuar crescendo de forma mais equilibrada e tirando partido da globalização.

Partindo agora para as perguntas da Senadora Kátia Abreu, S.Exa. pergunta, em primeiro lugar, faz a menção sobre a preocupação do Fundo Monetário Internacional no seu relatório com a evolução dos gastos públicos na América Latina, de uma maneira geral, e o FMI tem essa preocupação de uma maneira geral, referindo-se, aí, na América latina como um todo. É uma preocupação, não há dúvida. Em relação à questão das providências para conter a inflação, eu já mencionei isso numa outra pergunta, Senadora, a idéia do regime de metas de inflação, e que funciona hoje com bastante sucesso no mundo todo, e que está sendo aplicado no Brasil de uma forma bastante também bem sucedida, é o fato de que o Banco Central analisa uma série de fatores que, no momento, podem influenciar o comportamento da inflação futura, porque o Banco Central, ele não deve e seria ineficiente e ineficaz, o Banco Central olhar para a inflação corrente ou a inflação passada; o Banco Central tem que olhar para a inflação à frente, a inflação prospectiva. E o Banco Central analisa diversos fatores que expandem a atividade econômica, por exemplo, uma flexibilização de política monetária expande a atividade econômica devido à defasagem, e nós temos cortes de juros, que já foram feitos, que ainda não se refletiram integralmente na atividade econômica; o Banco Central tem mencionado isso. Por outro lado, existe também a expansão fiscal; a expansão fiscal leva evidentemente também a uma expansão da demanda. Por outro lado, o aumento dos investimentos aumenta a capacidade de produção da economia e a capacidade de atender uma expansão de uma maior demanda. Por outro lado, o setor externo e a nossa capacidade, pelo nosso saldo comercial robusto, a nossa capacidade de aumentar as importações, no momento de abertura da economia também tem o efeito positivo no sentido de absolver uma parte desse aumento da demanda, tudo isso, evidentemente, e mais uma série de outros fatores, aspectos de ordem cambial, de ordem de expansão de crédito, em resumo, existe uma série enorme de fatores que o Banco Central leva em conta quando o Banco Central faz a sua análise e é muito importante questionarmos isso e é sério, é muito imprudente, seria muito imprudente por parte de um Banco Central, qualquer que seja ele, fazer previsões futuras, sobre decisões futuras, por quê? Porque a evolução da economia, particularmente da economia tão dinâmica como está o mundo hoje e particularmente também o Brasil, seria um pouco imprudente se o Banco Central começasse a achar, decidir o que é que vai fazer em próximas reuniões, por quê? Porque nós temos que analisar a cada Reunião uma série enorme de fatores e tomar a nossa decisão, baseados nas nossas projeções naquele momento

Portanto, é muito importante, quando nós dizemos o seguinte: Tudo aquilo que nós poderíamos prever e projetar está refletido nos nossos documentos oficiais, Ata e o relatório de inflação. E não sabemos mais

nada além do que está ali. Quer dizer, nós colocamos nas Atas e nos relatórios de inflação tudo aquilo que pensamos, não temos nada escondido, está tudo ali. Então... Agora, não sabemos de tudo que vai acontecer e há um nível de incerteza muito grande nas projeções, por isso é muito importante que o Banco Central deixe muito claro que, a cada Reunião, ele vai analisar todos esses fatores e a partir daí vai tomar as suas decisões.

Em relação agora à pergunta do... Agora, eu gostaria de deixar uma coisa clara para S.Exa. e para os demais Senadores: o Banco Central é comprometido com a meta de inflação, está certo? E em relação agora às perguntas do Senador Edison Lobão. Ingresso de capitais, não é mais benéfico ou não é mais benéfico. Senador, o ingresso de capitais para investimento produtivo, ele é benéfico, continua sendo benéfico. O Brasil, hoje, tem um investimento estrangeiro direto muito importante; para lhe dar alguns números, por exemplo, investimento estrangeiro direto de 2006, foi 18.8 bilhões de dólares; em 2007, 35 bilhões de dólares, líquido; líquido significa o seguinte: Em 2007, foram quase 50 bilhões, o investimento direto estrangeiro, mas houve remessas, houve pagamentos diversos e investimento direto brasileiro no exterior, que as companhias brasileiras se globalizaram. Em função disso, apesar de tudo isso, o líquido cresceu muito, e isso é uma das razões que estão ajudando exatamente esse aumento da produção brasileira, e é essa possibilidade de estar crescendo a essas taxas que estamos, é um aumento do investimento. Então, isso é muito importante, muito positivo sempre, em qualquer país.

Além do mais, nós temos o investimento estrangeiro que não é direto, isto é não é uma empresa, não é uma matriz de uma empresa investindo diretamente na expansão da capacidade produtiva da sua subsidiária no Brasil, mas é uma empresa brasileira, um frigorífico, uma indústria, às vezes, até uma escola, uma empresa de saúde, temos até... Que lançam ações na bolsa, captam recursos de investidores estrangeiros, inclusive, e usam esse recurso para investir. Então, isso também é altamente benéfico e está facilitando muito, exatamente, ajudando, é uma das nossas fontes importantes de crescimento do investimento, do financiamento do investimento.

Em dito isso, nós temos também aquilo que se chama hoje, nos mercados mundiais, de *carry trade*, o *carry trade*, em última análise, é a palavra moderna para o que antes se chamava o investimento de *hot money*. Hoje em dia isso está sendo caracterizado pelo *carry trade.* O *carry trade,* em última análise, são fundos ou investidores que captam recursos, principalmente do Japão, que tem deflação ou inflação muito baixas, e taxas de juros muito baixas, em conseqüência, para aplicar esses recursos em outros países. Aplicam na Austrália, na Nova Zelândia, no Canadá, na Inglaterra, às vezes, até nos Estados Unidos e em outros países da Europa etc. E existe uma controvérsia maior sobre a questão do *carry trade*, não é? Até que ponto isso pode ou não pode, em alguns

momentos, ter determinadas conseqüências. Mas o importante no Brasil hoje é que o grande fluxo de capital hoje, não vem, a grande maioria do fluxo de capital, quer dizer, a grande porcentagem, não vem do *carry trade* ou não vem do investimento financeiro.

Hoje o grande investimento, a grande parcela do investimento, digamos, do fluxo positivo do Brasil, vem do saldo comercial, do investimento estrangeiro direto e do investimento em papéis nas bolsas de valores, ou mesmo através do crédito para empresas de médio e longo prazo, não de curto. Portanto, seria esse um dado importante que eu gostaria de mencionar.

O *carry trade* diminuiu um pouco com as turbulências e ele tende a ficar bastante baixo, e algum analistas acham até que ele pode até decrescer no ano de 2008, portanto, ter um efeito contrário até. Mas, de qualquer maneira, isso são prisões de difícil medida, a essa altura, para o futuro. Em relação à pergunta do Senador Antônio Carlos Valadares, no sentido de que despesas de juros do Governo, alguém teria afirmado que despesas de juros do Governo deveriam ter limites, eu não vi as afirmativas, Senador. E eu, portanto, tenho a política de não comentar, afirmações que eu ouço dizer que alguém fez. Eu prefiro conversar com a pessoa e entender exatamente qual é o contexto que a pessoa quer dizer aquilo. Portanto, eu não vou comentar exatamente esse tipo de questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Deixa eu fazer um comentário, então. A última tentativa semelhante e desastrosa foi tentar fixar a taxa de juros na Constituição. Isso não tem como garantir com mecanismo formal qual vai ser a taxa de juros. Depende da evolução da economia internacional, depende de uma série de outros fatores, da evolução da inflação. Nós já tivemos um aumento da taxa de juros nominal de 45% no Brasil. Imagine o impacto disso sobre a dívida pública no meio de um ataque especulativo. Então, não é como controlar os fatores macroeconômicos. Taxa de juros é o resultado de um conjunto de fatores muito, muito importantes. Eu, realmente, eu sei que o Presidente não pode comentar, eu queria fazer meu comentário, eu acho totalmente improcedente. Se apresentarem aqui, vou encaminhar contra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE): Presidente, mas eu gostaria de... Essa é a sua opinião, de saber a do Presidente da Comissão, ele é contra essa limitação dos gastos com as taxas de juros. Que acha V.Exa?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Sim, não há dúvida, Senador. Quanto a isso, não há dúvida. E isso está claro em todos os nossos pronunciamentos--.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Sr. Presidente, só pela ordem, mas o principal fator da fixação da taxa de juros é a inflação.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Isso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Nós estamos trabalhando, quer dizer, quando o Presidente Lula assumiu, era 24, subiu para 26, hoje descemos para 11. Hoje está 11,25. Todos esperavam, todos diziam que o Brasil não poderia viver com taxas de juros baixas, como está hoje, porque a inflação ia explodir. Nós baixamos e provamos que a meta é 4, 5, e ela hoje não chega a 4. Pergunto a V. Exa.: Fomos muito conversadores, não levemos em conta um efeito inercial, fomos muito tímidos?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Duas questões, vamos agora, são questões muito importantes, não há dúvida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Ainda sobre esse questão dos juros, se V.Exa. me permite--

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA): Todos reconhecemos a curva descendente da Taxa SELIC. Lamentamos que ela tenha sido Suspensa nas duas última reuniões do COPOM, e esperamos que ela continue na curva descendente em 2008. Mas o que preocupa a população brasileira, a sociedade brasileira, é que não há referência entre a taxa SELIC e a taxa de mercado. A população, a sociedade está sendo, suportando uma carga de juros terrivelmente alta. Quando a carga da SELIC sinaliza para 11,25%, taxas de mercado beirando 200% ao ano. Então, os crediários, o que é que acontece com a população? Ela não vê quanto está pagando de juros, ela vê quando ela pode pagar de mensalidade. Então, as coisas se... O crédito está ampliando o prazo, chegando a 72 meses, a 80 meses, e, com isso, embute uma taxa de juros que penaliza a sociedade. Por que não há uma conseqüência direta da taxa SELIC em relação à taxa de mercado?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Vamos, e é essa o último comentário, porque nós já temos tema para a nossa próxima agenda, daqui a seis meses, um debate intenso que teremos nessa Comissão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): Aproveita e fala dos tributos, Presidente, não dos tributos, não, das tarifas bancárias.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Esse vai ser o tema, pela decisão aqui do nosso Presidente, vai ser o tema para a próxima Reunião aparentemente. Mas deixa eu lhe dizer, então, a S. Exas., exatamente uma visão global do processo. Política monetária já teve várias finalidades; Bancos Centrais já tiveram várias metas, no passado. Por exemplo, houve momentos em que Banco Central foi visto como um Banco de fomento; a finalidade de um Banco Central seria financiar subsidiariamente, de uma forma subsidiada, alguns setores da economia, isso foi abandonado com o passar da história. Já houve momentos onde os Bancos Centrais tinham por finalidade financiar o déficit público; imprimir moeda para financiar o déficit público; gerou inflações

elevadíssimas, evidentemente. Já houve momentos, em algum momentos, em alguns Bancos Centrais, cuja finalidade era financiar o Governo. De novo, é uma versão, da última, mas, em última análise, igual, financiar o Governo a taxa de juros barata, que é, em última análise, essa proposta. Fixar o montante de juros que vai ser pago pelo Governo. O Governo tem uma dívida que é financiada pelo público. Na medida em que o público não aceita aquela taxa de juros, porque a taxa de juros é definida pelo mercado, então, o Banco Central teria que, em última análise, expandir a base monetária para acomodar as necessidades de financiamento do Governo a taxa de juros mais tenho baixas.

Muito bem. Isso também já foi feito em vários países, inclusive no Brasil, de uma forma não explícita no Brasil, mas já foi, nós já tivemos no Brasil uma famosíssima conta-movimento no banco do Brasil, que era, em última análise, era uma forma do Governo se financiar a taxas de juros subsidiadas, na época, no Banco do Brasil, quando não tinha ainda Banco Central, mesmo depois da existência do Banco Central ainda tinha conta movimento, e de novo isso gerou pela inflação. Então, resposta é o seguinte--

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ): A defesa do emprego, Presidente, do pleno emprego?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES: Vamos chegar lá, Senador. Portanto, a conclusão, depois de décadas de discussão e de análise de experiências no combate a inflação, a experiência mostrou que o papel do Banco Central, a missão do Banco Central deve ser a inflação. E que a melhor metodologia de controle da inflação, segundo se conhece nos Bancos Centrais no mundo hoje é o sistema de metas de inflação, explícita ou implícita. Existem muitos Bancos Centrais que não têm uma meta explícita, mas têm metas implícitas, em última análise. E, portanto, o Banco Central vai criar condições para o maior crescimento da sociedade, criar condições para o aumento do emprego. Aliás, gostaria de mencionar de que a taxa de desemprego no Brasil está em níveis historicamente baixos e caindo sistematicamente em relação a anos anteriores. De novo, Senador, resultado da estabilização da economia gera, entre outras coisas, o aumento do emprego. E esta é a experiência hoje da maior parte dos países do mundo, de que a contribuição que o Banco Central pode dar à sociedade é, principalmente, fundamentalmente, manter uma inflação na meta.

Em conseqüência disso, a Senadora mencionou a “Companhia Brasil” versus “Companhia Outros Países”.

Portanto, o Brasil tem condições; a economia brasileira, com isso, tem condições de se expandir a taxas mais elevadas porque a estabilidade gera o maior horizonte de planejamento, maior previsibilidade, aumento do investimento, como estão vendo, aumento do crédito, e principalmente uma manutenção do poder de compra do trabalhador, que é um outro aspecto da maior importância. Quer dizer, a estabilidade do Brasil está

trazendo a diminuição do desemprego, que é o que busca a V.Exa.; melhora das condições de distribuição de rendas, os índices, diversos índices medidos estão mostrando isso com toda a clareza. Diminuição também da desigualdade sociais, aumento da renda média, aumento da massa salarial, aumento da arrecadação pública, que tem permitido, inclusive, o aumento dos investimentos sociais, os programas sociais. Portanto, é essa da grande contribuição que o Banco Central pode dar a todos esses, esse esforço da sociedade brasileira.

Se nós olharmos, S. Exas., aqui na questão da taxa de juros, nós vamos ver que essa é a taxa de juros mais relevante para a economia, que é a taxa de juros de mercado. Não necessariamente, Senador, a taxa de juros que o senhor mencionou, a S.Exa. menciona a taxa de juros à ponta do empréstimo necessariamente. Essa é a taxa de juros futura, comercializada na BMF, de um ano, em amarelo, é a taxa de juros em amarelo, é a, desculpe, não, essa é a real. É uma certa reflexão da taxa nominal. O que é que é a taxa de juros real de mercado? É a taxa da BFM, de 360 dias, descontada pela inflação prevista nos próximos 12 meses, naquele período.

Portanto, nós vemos em que alguns momentos ainda, há poucos anos atrás, a taxa de juros real chegou a próximo de 40% no mercado. E muito volátil. E que a taxa média, por exemplo, se aproximou de 30% em alguns momentos, em anos anteriores, superou os 20%. Então, o que é que... No início do período, o que é que ocorre, então? É que a estabilidade diminui a incerteza, portanto, diminui os prêmios de risco, portanto, diminuiu as taxas de mercado médias, e nós vemos aqui a diminuição da taxa de juros, que hoje está com uma taxa média de mercado a 7,5%.

Tentativas do Banco Central brasileiro e de outros bancos centrais no mundo todo, no passado, de abaixar a taxa de juros artificialmente, via baixar artificialmente a SELIC, que é a taxa de juros de curto prazo, em um dia, tentando conseguir, com isso, baixar a taxa de juros do mercado, a experiência tem mostrado que funciona ao contrário, a taxa juros de mercado sobe porque o mercado passa a prever um momento da inflação. E, portanto, aumenta o prêmio de risco e piora, na realidade, a atividade econômica.

Voltando, agora, passando à última pergunta do Senador, em relação à questão das taxas de juros de empréstimo do sistema bancário, aí, Senador, de fato, isso não é influenciado apenas pela SELIC ou mesmo necessariamente apenas pela taxa média a termo do mercado. Existe aí um fenômeno muito importante, chamado competição. E estamos fazendo um trabalho grande de aumento da competição no Brasil. E esse trabalho está começando a mostrar os seus resultados, paulatinamente, por exemplo, no crédito consignado; o crédito consignado gerou uma queda importante da taxa de juros do [ininteligível].

A taxa média do consignado é muito menor do que a taxa média do empréstimo pessoa física, que o Senador menciona. Por quê? Porque tem uma maior garantia, tem uma maior previsibilidade etc. Isso é uma das facetas do processo; no caso, aumenta a garantia, mas também aumenta da competição, por quê? Pela maior divulgação da taxa de juros, pela maior disputa das taxas de juros, quer dizer, elas são muito mais divulgadas, conhecidas, negociadas em bloco. Então isso é importante.

Outras medidas, nós temos uma questão de limitação de tempo. Eu não vou mencionar todas, mas algumas. Por exemplo, a conta salário, que está sendo gradualmente implementada. No momento, os novos convênios assinados entre Bancos e empresas, os convênios novos, os funcionários já dispõem da sua conta-salário. A partir de dezembro de 2008, a partir de janeiro do ano seguinte, na realidade, a partir de 31 de dezembro de 2008, todas as contas abertas para crédito de salário no sistema financeiro brasileiro, do setor privado, terão contas-salário. E o setor público tem um outro tipo de conta com uma estrutura similar. Muito bem, os empregados do setor público. O que tem a conta-salário de importante? A conta-salário permite um automaticidade(F) da transferência bancária, isto é, o funcionário pode dizer ao banco que ele quer, imediatamente, no crédito, a transferência do seu salário, do seu saldo para um outro banco. Segundo, proíbe tarifas de toda a ordem nessa transferência. O que permite, portanto, muito maior poder de barganha dos trabalhadores. E isso já está sendo claramente demonstrado na medida em que mais e mais folhas de pagamentos estão sendo já creditadas em conta-salário. E aqueles trabalhadores que já estão tendo conta salário já podem verificar isso. A grande massa, no entanto, de conversão vai se dar, de fato, nos próximo 12 meses, quando termina o prazo concedido pelo Conselho Monetário Nacional para fazer toda essa transposição. Existe toda uma nova legislação de tarifas, recém anunciada pelo Conselho Monetário Nacional, que terá efeitos profundos. De novo, tem um prazo de implantação. Padroniza a tarifas, padroniza a nomenclatura, proíbe a cobrança de uma série de tarifas sobre uma série produtos. Padroniza determinadas formas para pagamento. Em resumo, eu não vou enumerar, Senador, mas, de fato, essa é a uma preocupação grande, e ela está sendo enfrentada e será cada vez mais atrás, de novo, de medidas que favoreçam a competitividade. Por quê? Porque medidas, tentativas de tabelamento de taxas juros, como já mencionado, inclusive, pelo Presidente da Comissão, fracassaram no Brasil e fracassaram em todos outros países. Não só tabelamento da taxa de juros, como tabelamento de preços etc. tarifas. Então, nós temos que assegurar a maior competitividade. E isso existe. É uma experiência muito bem sucedida em outros países. Eu já participei disso, já trabalhei em outros países, já trabalhei com países de taxas de juros muito baixas, e posso lhe assegurar, Senador, que é o caminho é um aumento da competição e da transparência e da capacidade de negociar do consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP): Bom, queria agradecer ao Presidente Henrique Meireles, e a toda a sua equipe que aqui compareceu. E foi o momento de expressar nosso reconhecimento pelo trabalho, pelo êxito do desempenho do Banco Central, que contribuiu decisivamente para toda essa a conquista da economia da sociedade brasileira. Muito obrigado, um bom ano, um bom Natal a todos vocês e a todos as Senadores dessa Comissão. E eu queria agradecer, sobretudo, aos funcionários da Comissão que, ao longo desse ano, trabalharam, com muito empenho, Gonzaga e a sua equipe, com muita eficiência, e permitiriam toda essa realização da Comissão. Bom ano, bom Natal para todo mundo. Está encerrada a Sessão.

Sessão encerrada às 13h16.